

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E
INSTITUCIONAL – TESE DE DOUTORADO**

MARCELE SCHREINER TONET

**A LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO E SEUS REFLEXOS NO
TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

Porto Alegre
2021

MARCELE SCHREINER TONET

**A LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO E SEUS REFLEXOS NO
TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

Tese de Doutorado para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social e Institucional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Crespo Merlo

Porto Alegre
2021

MARCELE SCHREINER TONET

**A LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO E SEUS REFLEXOS NO
TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

Tese de Doutorado para obtenção do título de Doutora em Psicologia Social e Institucional apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Liliam Deisy Ghizoni – UFT

Prof.^a Dr.^a Janine Kieling Monteiro – UNISINOS

Prof.^a Dr.^a Jussara Maria Rosa Mendes – UFRGS

Tese defendida e aprovada em _____ de _____ de 2021.

Porto Alegre
2021

Dedico este trabalho a todos os professores e professoras
que se entregam a fazer da educação um espaço
crítico de aprendizado para seus alunos
e alunas e, conseqüentemente,
de transformação social.

AGRADECIMENTOS

Uma trajetória longa, como o percurso acadêmico, só é possível com o apoio e suporte de muitas pessoas. Durante essa caminhada, que não se fez sozinha, é necessário ressaltar e registrar meu carinho e gratidão por aqueles que se fizeram fundamentais nesse processo. Inicialmente agradeço aos meus pais, Ronaldo e Leise, por todo o amor incondicional, a paciência e a presença em todos os dias da minha vida. Desde o mais tenro início, houve cuidado e investimento na minha educação.

Agradeço igualmente às minhas irmãs, Flávia e Luísa; sem elas eu não conheceria o significado da palavra apoio e o sentimento de pertencimento.

Agradeço ao meu amor, minha companheira, minha razão de vida, minha filha Isabela, por entender minhas ausências, incentivar-me e, com seus olhinhos brilhantes, valorizar minhas conquistas. Sou grata por ter tua presença, teu carinho, beijos, abraços e brincadeiras, que tornam meus dias difíceis mais leves e felizes.

Agradeço ao meu orientador, Professor Álvaro, pela paciência e sensibilidade em aceitar uma doutoranda que está fora do padrão, tanto pela falta de dedicação exclusiva à pesquisa quanto pela maternidade, lugares indesejados na pós-graduação. Acredito que são as atitudes, muito mais que o discurso, que revelam a grandeza e o legado de um professor. Sou grata por compartilhar conhecimentos e experiências e por acreditar nas minhas ideias e em minha pesquisa.

Agradeço às colegas do grupo de pesquisa, Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho, pelo auxílio no desenvolvimento, pelas discussões e a leitura do material; em especial à Karine, Elisângela, Caroline e Jane. Vocês são um grupo do qual me orgulho em fazer parte, vocês fazem a diferença no mundo, gratidão por tantas trocas.

Agradeço aos alunos e alunas que vibraram com cada etapa do doutorado e da pesquisa; em especial à Bruna, que ajudou no projeto de pesquisa; ao Henrique, que foi fundamental no suporte e na elaboração das apresentações; à Luiza, por seu carinho e incentivo imensuráveis e, principalmente, à Juliana, que com sua inteligência e, especialmente, generosidade, dedicou-se, nos momentos mais desafiadores, a contribuir – com tanto empenho – para a realização deste trabalho.

Agradeço ao Murilo e às amigas, Cristiane e Silvia, pela presença de vocês em minha vida, pelo carinho, pelos momentos de descontração, por entenderem minha ausência e por me incentivarem e apoiarem sempre.

Agradeço às professoras, Jaqueline, Janine, Jussara e Liliam, pelos momentos de aprendizagem compartilhados, pelo aporte ao longo da minha formação e, principalmente, por aceitarem compor a banca e contribuir para a construção deste trabalho.

Agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por proporcionar uma educação pública e de qualidade, contribuindo imensuravelmente para a minha formação profissional e pessoal; à CAPES, pela concessão da bolsa e a oportunidade de financiar o desenvolvimento desta pesquisa.

Finalmente e, em especial, agradeço a todas as pessoas que participaram desta pesquisa como sujeitos, dividindo suas dores e realizações da vida no trabalho.

Gratidão por todos aqueles que se fizeram presentes, de alguma forma, na concretização deste sonho!

“É necessário se espantar,
se indignar e se contagiar,
só assim é possível mudar
a realidade.”

Nise da Silveira

RESUMO

O presente trabalho propõe-se a investigar de que modo a gestão preconizada pela lógica do capital financeiro influencia o trabalho e a saúde mental dos professores das instituições de ensino superior privadas. A tese apresenta a pesquisa realizada com trabalhadores de universidades que possuem capital aberto em bolsa de valores e estão localizadas no estado do Rio Grande do Sul e em Brasília - DF. Os diferenciais da pesquisa, assim como sua importância, estão no paralelo entre o capitalismo contemporâneo, focado no ganho de rentistas, e a especificidade do trabalho de professores universitários. Entende-se que, mais que um processo de financeirização do ensino superior, está em curso um novo formato de educação, baseado no estilo econômico improdutivo, no qual os valores não retornam para a sociedade, mas são reinvestidos, buscando mais juros para poucos investidores. Para tanto, as empresas/instituições de ensino superior privadas que possuem vínculo com um grupo econômico utilizam um modelo de gestão já formatado para qualquer segmento, sem levar em consideração as nuances da educação e do ensino. A pesquisa, do tipo qualitativa, utiliza entrevistas com análises realizadas por meio dos pressupostos das chamadas clínicas do trabalho, mais especificamente, clínica psicodinâmica do trabalho. No que se refere ao reflexo da lógica do capital financeiro no trabalho dos professores e, conseqüentemente, na sua saúde, verifica-se que existe um formato que modifica a maneira de trabalhar e foca em indicadores e trabalhos burocráticos relacionados à manutenção do cliente/aluno em detrimento do processo de ensino e aprendizagem. As práticas, pautadas pela obtenção do lucro, destroem os coletivos de trabalho, suscitando insegurança perante seu emprego, incentivo à baixa qualificação, para evitar aumentos salariais, pouca autonomia no processo criativo em sala de aula, além de estratégias para redução de carga horária, tais como aumento do número de alunos em sala de aula e implementação de disciplinas com atividades a distância, a cargo de monitores, sem a participação dos professores na construção deste conteúdo a ser trabalhado. A percepção dos professores é de que seu trabalho é desvalorizado, tanto pelo salário recebido quanto pelo processo, que está focado no mínimo de exigência de conhecimento. Diante disso, mecanismos de defesa, como a racionalização e a banalização do processo dessas práticas, têm sido utilizados a fim de minimizar o sofrimento e permitir a continuidade do trabalho. Junto a isso, a lógica capitalista de autocobrança e endividamento, junto com o entendimento dessas práticas como comuns e aceitáveis, resulta em professores destituídos de seu papel social transformador, piorando os sintomas na saúde, principalmente psíquica. É possível concluir que está em curso um projeto de ensino superior focado na utilidade rentista e associado a uma degradação do papel do professor universitário.

Palavras-chave: Professores universitários. Saúde do trabalho. Ensino superior. Universidade privada. Capital financeiro. Financeirização.

ABSTRACT

This paper proposes to investigate how the management advocated by the logic of financial capital influences the work and mental health of teachers in private higher education institutions. The thesis presents the research carried out with workers from universities that are publicly traded on the stock exchange and are located in the state of Rio Grande do Sul and Brasília - DF. The differentials of the research, as well as its importance, are in the parallel between contemporary capitalism, focused on earning renters, and the specificity of the work of university professors. It is understood that, more than a process of financialization of higher education, a new education format is underway, based on an unproductive economic style, in which values do not return to society, but are reinvested, seeking more interest for few investors. For that, private higher education companies/institutions that are linked to an economic group use a management model already formatted for any segment, without taking into account the nuances of education and teaching. The research, of a qualitative type, uses interviews with analyzes carried out through the assumptions of the so-called work clinics, more specifically, the psychodynamic work clinic. With regard to the reflection of the logic of financial capital in the work of teachers and, consequently, in their health, it appears that there is a format that modifies the way of working and focuses on indicators and bureaucratic work related to client/student maintenance to the detriment of the teaching and learning process. The practices, based on obtaining profit, destroy the work groups, causing insecurity in their employment, encouraging low qualifications, to avoid salary increases, little autonomy in the creative process in the classroom, in addition to strategies to reduce the workload, such as an increase in the number of students in the classroom and implementation of disciplines with distance activities, under the responsibility of monitors, without the participation of teachers in the construction of this content to be worked on. The perception of teachers is that their work is undervalued, both because of the salary received and because of the process, which is focused on the minimum requirement for knowledge. Therefore, defense mechanisms, such as the rationalization and trivialization of the process of these practices, have been used in order to minimize suffering and allow work to continue. Along with this, the capitalist logic of self-collection and indebtedness, together with the understanding of these practices as common and acceptable, results in teachers deprived of their transforming social role, worsening the symptoms in health, especially psychic ones. It is possible to conclude that there is an ongoing higher education project focused on rentier utility and associated with a degradation of the role of the university professor.

Keywords: University professors. Worker's health. University education. Private university. Financial capital. Financialization.

RÉSUMÉ

Cet article vise à étudier comment la gestion prônée par la logique du capital financier influence le travail et la santé mentale des enseignants dans les établissements d'enseignement supérieur privés. La thèse présente les recherches menées avec des travailleurs d'universités cotées en bourse et situées dans l'État de Rio Grande do Sul et Brasília - DF. Les différentiels de la recherche, ainsi que son importance, sont dans le parallèle entre le capitalisme contemporain, centré sur les rentiers rémunérateurs, et la spécificité du travail des professeurs d'université. On comprend que, plus qu'un processus de financiarisation de l'enseignement supérieur, un nouveau format d'enseignement est en cours, basé sur un style économique improductif, dans lequel les valeurs ne reviennent pas à la société, mais sont réinvesties, cherchant plus d'intérêt pour peu d'investisseurs. Pour cela, les entreprises/établissements privés d'enseignement supérieur liés à un groupe économique utilisent un modèle de gestion déjà formaté pour n'importe quel segment, sans tenir compte des nuances de l'enseignement. La recherche, de type qualitatif, utilise des entretiens avec des analyses réalisées à travers les hypothèses des cliniques dites du travail, plus précisément, la Psychodynamique du Travail. En ce qui concerne la réflexion de la logique du capital financier dans le travail des enseignants et, par conséquent, dans leur santé, il apparaît qu'il existe un format qui modifie la façon de travailler et se concentre sur les indicateurs et le travail bureaucratique liés à l'entretien client/étudiant au détriment du processus d'enseignement et d'apprentissage. Les pratiques, basées sur le profit, détruisent les groupes de travail, provoquant une insécurité dans leur emploi, encourageant les faibles qualifications, pour éviter les augmentations de salaire, peu d'autonomie dans le processus créatif en classe, en plus des stratégies de réduction de la charge de travail, comme une augmentation du nombre d'élèves en classe et mise en place de disciplines avec des activités à distance, sous la responsabilité des moniteurs, sans la participation des enseignants à la construction de ce contenu à travailler. La perception des enseignants est que leur travail est sous-évalué, à la fois en raison du salaire reçu et en raison du processus, qui est axé sur l'exigence minimale de connaissances. Par conséquent, des mécanismes de défense, tels que la rationalisation et la banalisation du processus de ces pratiques, ont été utilisés afin de minimiser la souffrance et de permettre la poursuite du travail. Parallèlement à cela, la logique capitaliste d'auto-collecte et d'endettement, ainsi que la compréhension de ces pratiques comme communes et acceptables, aboutissent à des enseignants privés de leur rôle social transformateur, aggravant les symptômes de santé, notamment psychiques. Il est possible de conclure qu'il existe un projet d'enseignement supérieur en cours centré sur l'utilité rentière et associé à une dégradation du rôle du professeur d'université.

Mots-clés: Professeurs d'université. Santé des travailleurs. Enseignement universitaire. Université privée. Capital financier. Financiarisation.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Professor universitário, saúde do trabalhador e psicodinâmica do trabalho - pesquisas relacionadas	41
Quadro 2 –	Quadro de identificação dos entrevistados	49
Quadro 3 –	Relação dos objetivos da pesquisa com os comentários verbais/apontamentos dos trabalhadores	54

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAAE	Certificado de Apresentação e Apreciação Ética
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
DSM - III	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
EN	Entrevista(s) Narrativa(s)
FIES	Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IES	Instituições de Ensino Superior
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
PdT	Psicodinâmica do Trabalho
PPGPSI	Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional
ProUni	Programa Universidade Para Todos
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 DE ONDE SURTIU ESSA IDEIA?	16
2 REFERENCIAL TEÓRICO	20
2.1 LÓGICA NEOLIBERAL.....	20
2.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E MODOS DE GESTÃO	22
2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	25
2.4 CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE.....	29
2.5 POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA.....	34
2.6 SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO.....	35
3 PANORAMA DE PESQUISAS SOBRE SAÚDE DOCENTE.....	39
4 METODOLOGIA.....	46
4.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS	46
4.2 TIPO E MÉTODO DE PESQUISA.....	47
4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA	48
4.4 INSTRUMENTOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE CAMPO.....	49
4.5 ENTREVISTAS.....	50
4.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO	51
5 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	54
5.1 LEVANTAMENTO DAS ENTREVISTAS	54
5.2 MODELO DE GESTÃO.....	55
5.3 LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO.....	62
5.3.1 Lucro: capital improdutivo?.....	64
5.4 ATRAVESSAMENTOS DA LÓGICA NEOLIBERAL NA SUBJETIVIDADE DOS PROFESSORES.....	67
5.5 SOFRIMENTO.....	71
5.6 SAÚDE.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS.....	81
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	89
APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E LABORAL.....	90
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA.....	92

INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe-se a investigar de que modo os modelos de gestão baseados na lógica do capital financeiro podem afetar, especialmente, os trabalhadores do setor da educação. Para tanto, esta tese apresenta a pesquisa realizada com trabalhadores de universidades que possuem capital aberto em bolsa de valores e estão localizadas no estado do Rio Grande do Sul e em Brasília – DF. A relevância desse tema dá-se devido ao aumento do investimento privado em financiar empresas que ainda não fazem parte do mercado financeiro e, com esse modelo de investimento, estão sujeitas a uma nova lógica de gestão. Além disso, esta pesquisa possibilita que se apure o efeito que vem sendo percebido, nos trabalhadores, em decorrência dos modelos de gestão ligados à lógica do capital financeiro – identificados como modelos de ganho financeiro, não de um segmento empresarial de produto ou serviço específico. Faz-se importante pensar os modos de resistências e as novas formas que constituem o fazer dos trabalhadores e como se articulam com as empresas/instituições e seus modos de gerir e ordenar sujeitos.

No Brasil, esse tipo de investimento iniciou por volta de 2004 e estava devidamente consolidado ao final de 2005 (CARVALHO; RIBEIRO; FURTADO, 2006). Devido à compra, total ou parcial, de empresas de diversos segmentos por diferentes investidores, é possível entender que os objetivos são baseados em números e resultados a serem alcançados e, além disso, são pré-estabelecidos por juros de bancos e dividendos a serem pagos aos rentistas. Em 2010, a participação desse tipo de investimento no mercado financeiro era de 41% no Brasil. Entre os defensores dessa prática estão aqueles que argumentam que, além da injeção financeira na empresa, o empresário ainda conta com a ‘profissionalização da gestão do negócio’¹.

O que existe de novo nesse processo é a mudança na lógica empresarial, segundo a qual a produção ou o serviço não são mais necessários para que o ganho financeiro ocorra. Tal prática está ligada ao que Dowbor (2017) vai chamar de capital improdutivo. O autor demonstra que o sistema econômico hoje está, de forma estrutural, projetado para o proveito de uma minoria improdutiva: atualmente oito famílias têm mais riqueza que metade da população mundial. Esse sistema, montado para a manutenção do enriquecimento a partir de rendimentos financeiros, revela uma nova forma de exploração do trabalho. A classe

¹ O uso de diversos termos entre aspas simples (‘’), ao longo desta tese, justifica-se pelo desejo de dar voz a uma autora crítica, que entende tais conceitos, muitas vezes, como meras convenções sociais sobre as quais pouco se reflete. A intenção, portanto, é delimitar esse ‘espaço’, ‘marcar’ esse ‘tom’ e fazer pensar sobre.

trabalhadora permanece fixada e as desigualdades e abismos financeiros são cada vez maiores.

Dentro dessa questão estrutural na qual quem mais ganha é quem menos produz, é preciso manter os trabalhadores culpando-se por situações que estão muito além de seus esforços e méritos. De acordo com a lógica neoliberal, é importante que o funcionário se cobre por não estar fazendo tudo o que poderia ser feito, criando assim a sensação recorrente de dívida. Essa cobrança não é mais algo externo – apenas das chefias – é internalizada, subjetivando trabalhadores com demandas cada vez mais intensas (DOWBOR, 2017; LAZZARATO, 2017).

Diante do exposto, analisar a situação da educação superior faz-se ainda mais relevante, tanto pela natureza das atividades – Que educação se produz? – quanto pelo efeito causado nos trabalhadores/professores engendrados nesse processo. Atualmente, no Brasil, 88,4% das Instituições de Ensino Superior (IES) são privadas: existem 2306 IES privadas e 302 públicas. Segundo o Censo da Educação Superior 2019 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020a), do total de matrículas na educação superior, 8.604.526, a maior parte, 6.524.108, está na rede privada. Quase metade dos alunos matriculados na rede privada (45,6%) conta com algum tipo de financiamento ou bolsa, como o Programa Universidade Para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

A Kroton, grupo que abriga várias faculdades com diversas denominações, em 2017, devido à diminuição dos recursos públicos de financiamento estudantil, passou a executar uma nova estratégia: criou a *holding* Cogna Educação, que tem em seu controle quatro segmentos de atuação: a Kroton, com foco em cursos de ensino superior; a Saber, que oferece cursos de línguas e as escolas de ensino básico; a Vasta Educação, que visa a serviços de gestão para escolas e material didático, incluindo eventual participação em licitações públicas; e a Platos, criada para oferecer serviços de gestão para o ensino superior. Essas informações estão no site da Cogna Educação (COGNA EDUCAÇÃO, 2021) e afiliadas do grupo, junto a informações direcionadas aos investidores.

Apesar disso, a literatura produzida sobre ensino superior no Brasil consiste, em grande parte, na defesa da universidade pública e no combate ao ensino privado por intelectuais e estudantes, sem deter-se na pesquisa dessa realidade majoritária (DURHAM, 2003). O setor de educação superior privado foi um dos que mais valorizaram seus papéis na Bovespa nos últimos cinco anos, tornando-se um negócio de excelente retorno financeiro

(INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020b; CALEFFI; MATIAS, 2017). O aumento do investimento privado no financiamento de empresas que não faziam parte do mercado financeiro e, com esse modelo de investimento, estão sujeitas a uma nova lógica de gestão, interfere na atividade do professor trabalhador, assim como em sua saúde e subjetividade.

Com base nessas reflexões, os objetivos específicos a serem respondidos no decorrer desta pesquisa são: conhecer a influência dos referidos modelos de gestão na produção do trabalho dos professores nas IES privadas; analisar de que maneira os professores percebem o seu trabalho atravessado pela lucratividade das IES privadas; descrever de que modo os trabalhadores colocam-se diante das práticas de gestão e como as reproduzem em sua saúde/adoecimento.

Para atingir os objetivos, realizou-se uma pesquisa qualitativa, viabilizada por meio de entrevistas narrativas (EN) com professores que fazem ou faziam parte de IES que têm seu capital aberto. Após, tal pesquisa foi direcionada para a investigação de como a gestão preconizada pela lógica do investimento no mercado financeiro influencia o trabalho e a saúde mental dos professores das IES privadas. Para a análise dos dados, foram utilizados como base os pressupostos da clínica psicodinâmica do trabalho.

Conforme já levantado em outros trabalhos, nesta tese, ainda serão utilizados termos como professores, trabalhador, entrevistado para referir-se a todos os gêneros de pessoas, já que, mesmo que a linguagem sexista seja amplamente difundida, a escrita acadêmica ainda utiliza tais formas como padrão.

Subsequentemente a essas questões introdutórias, segue uma breve exposição que contempla os capítulos construídos ao longo da execução da tese. No capítulo inicial – De onde surgiu essa ideia? – fala-se sobre como nasceu o tema da tese e quais foram as motivações que levaram à abordagem desse assunto.

No segundo capítulo, Referencial teórico, encontram-se os pressupostos teóricos que apoiaram a discussão empreendida no decorrer da tese. Um breve panorama sobre o histórico da educação superior no Brasil foi realizado, fazendo a ligação com as configurações do trabalho docente e os atravessamentos que implicam a construção da subjetividade do trabalhador nesse contexto. Fez-se importante localizar o tipo de capitalismo ao qual a tese se refere, entendendo o capitalismo rentista como a forma mais contemporânea de ganho financeiro. Sendo assim, definições e diferenciações dos termos e ideias foram feitas por meio do diálogo com autores como Dowbor, Saflatle, Marx, Lazzarato, Dejours, dentre outros.

No terceiro capítulo, Panorama de pesquisas sobre saúde docente, apresenta-se uma breve perspectiva das pesquisas produzidas sobre a saúde mental dos professores do ensino superior no Brasil encontradas durante o levantamento do material para a esta tese; no quarto capítulo, Metodologia, descreve-se a abordagem qualitativa utilizada, o processo de organização do material e a caracterização dos participantes da pesquisa. Por fim, no quinto e último capítulo, Descrição, análise e discussão dos resultados, como o próprio título sugere, prossegue-se com a descrição, a análise e a discussão dos resultados, que foram elaboradas mediante a sistematização dos encontros dos trabalhadores com a pesquisadora e o entrelaçamento teórico executado diante dos relatos, visando ao atendimento dos objetivos propostos.

1 DE ONDE SURTIU ESSA IDEIA?

O percurso acadêmico apresenta diferentes desafios ao longo de sua trajetória. A maior parte de quem se envolve com pesquisa sabe que quanto mais se estuda menos se sabe, porém, é inegável que o processo de transformação é primeiro, e principalmente, pessoal. Dito isso, fez-se importante destacar como o caminho percorrido até aqui ocorreu e quais mudanças nesses últimos anos foram relevantes para a execução deste trabalho.

Quando iniciei² o Doutorado em Psicologia Social e Institucional, minha principal ocupação era a de professora de uma universidade privada, comunitária e sem fins lucrativos. Na época, apresentei um projeto que era um segmento da dissertação de mestrado, que envolvia agricultoras do interior do Rio Grande do Sul. No entanto, na primeira aula com o professor Álvaro Crespo Merlo, orientador desta tese, essa ideia tornou-se um passado distante. Mesmo sabendo de todos os desafios e do material relevante a ser produzido por pesquisadores dessa área, acabei optando por discutir algo que atravessava minha própria história, mas parecia ter uma proximidade ou distância segura.

A minha implicação como psicóloga/professora/pesquisadora ocupou um lugar que pareceu importante, já que, apesar de professora de uma instituição privada, a mesma não fazia parte do meu objeto de pesquisa, visto que não possuía capital aberto no mercado financeiro e não estava sujeita à gestão preconizada por esse tipo de instituição. Daí nasceu o objetivo da tese: entender de que forma a gestão preconizada pela lógica do investimento no mercado financeiro influencia o trabalho e a saúde mental dos professores das IES privadas.

Ao debruçar-me nos referenciais utilizados nesta tese, percebi que meu distanciamento não era tão grande quanto imaginava. Além disso, a universidade em que eu trabalhava iniciou um processo de ‘reestruturação’ e passou a ser uma empresa com fins lucrativos e práticas de gestão que são consideradas as ‘certas’ para possibilitar o maior ganho financeiro, já que o lucro parece ser o principal objetivo de muitas instituições de ensino.

Ainda que a universidade da qual eu fazia parte apresentasse diferenças importantes, do ponto de vista metodológico, para fins de pesquisa; na prática, as atitudes estavam pautadas pelas mesmas ações de gestão de empresas vinculadas a fundos de investimento, o que os entrevistados e a literatura revelavam. Pude perceber, de fato, a alienação sobre as cobranças do capital junto com os discursos de assédio, naturalizados como a única forma possível de ganho financeiro. Também testemunhei, não apenas como pesquisadora, mas

² Neste capítulo, a utilização da primeira pessoa do singular é consciente e proposital, tendo em vista o conteúdo aqui abordado.

como peça do processo, a lógica de culpabilização do próprio professor frente às dificuldades de atendimento das necessidades dos alunos e das inesgotáveis demandas da instituição.

É quase impossível que alguém que esteja sujeito ao capitalismo que vivemos não seja submetido a situações de violência em relação ao seu trabalho. No entanto, a falta de pensamento crítico, a submissão inquestionável, além do medo exacerbado de parte considerável de colegas professores, alarmaram-me. Surpreendeu-me perceber que, embora não estivesse diante de trabalhadores famintos, submetidos à ignorância estrutural – para seguirem dependendo e submetendo-se a um sistema – aquela privilegiada e qualificada parcela da população, com cursos como mestrado e doutorado, que há anos vinha produzindo conhecimento intelectual e científico em universidades, também era atingida por tal violência.

Compreendi, portanto, que os atravessamentos acadêmicos ocorrem em diferentes esferas e nos mais variados momentos. Diante disso, o objeto de estudo pareceu-me muito mais amplo, com outros desdobramentos – até então não vislumbrados por mim. Percebi que o objetivo geral da minha pesquisa, de entender o processo de gestão dessas universidades e como esse processo influencia o trabalho e a saúde dos professores – é apenas uma parte do que hoje vejo como um projeto, uma forma de ‘ensinar’ ou de fazer faculdade relacionada ao senso de utilidade, e não à transformação do sujeito, submetendo professores, pesquisadores e intelectuais à lógica da mão de obra para a exploração do capital.

Pude observar o desejo de servidão voluntária de muitos professores, particularmente aqueles que estavam em cargos de chefia. Mesmo percebendo as dificuldades e a sobreposição do dinheiro ao ensino, submetiam-se ao pior do processo capitalista, de forma competitiva e exacerbada, na destituição dos coletivos de trabalho, na competição, na vigilância do colega, com a falsa sensação de que apontamentos de possíveis falhas alheias resultariam no controle ou postergariam a própria demissão.

Nesse processo, presenciei minha coordenadora de curso, depois de ter trabalhado na formatura do Curso de Psicologia e ter representado, na solenidade, os valores que deveriam nortear uma instituição de ensino, nos discursos e rituais acadêmicos, ser demitida imediatamente após descer do palco e cumprir sua ‘obrigação’ (sem remuneração adicional), emblematicamente ainda de toga e capelo, durante uma conversa sobre corte de gastos. Outra colega de curso, com a desculpa machista de ter um marido também professor na instituição, foi desligada, já que, segundo a direção, não ficaria desassistida. Anos de contribuição como profissional, pesquisadora e trabalhadora foram reduzidos à condição de esposa.

Diante do acúmulo de trabalho a que fui submetida em razão da redução do quadro, o adoecimento de colegas, disfarçado de adaptação, as intromissões na minha autonomia em sala de aula e o novo estilo de coordenação – baseado em cobranças burocráticas e focado em venda, em detrimento da produção de conhecimento – culminou no meu processo de resistência e/ou desistência e, na véspera da minha qualificação de tese, a instituição em que trabalhava apresentou minha demissão.

Mesmo que essas situações pudessem parecer as mais importantes no percurso da pesquisa, no dia 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como uma pandemia. Esse termo refere-se à distribuição geográfica de uma doença, e não à sua gravidade (OMS, 2020). A designação reconheceu que, naquele momento, existiam surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Diante desse anúncio, várias medidas foram tomadas, como um pacto que buscou aprimorar a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus. No entanto, o Brasil não cumpriu com todas as determinações e o Governo Federal buscou impedir que fossem seguidas muitas das orientações de órgãos de saúde nacionais e internacionais, tais como o fechamento do comércio, a interrupção de alguns serviços e determinadas atividades. Ademais, ocorreram situações ainda mais graves, como a demora na compra de vacinas e a propagação de notícias falsas acerca do vírus e das consequências da doença. O Brasil atingiu, então, a marca de mais de 600 mil mortos por COVID-19 em 2021, e seguimos vivendo com incertezas em relação à pandemia, que ainda não teve seu fim.

Com isso, a pesquisa de campo, a coleta de dados e, principalmente, a troca e a construção de conhecimento com o grupo de pesquisa foram especialmente prejudicadas. Apesar de toda a tecnologia e diferentes possibilidades, desde cursos a entrevistas de forma virtual, os efeitos físicos e psicológicos da pandemia foram sentidos com muita força. O excesso de informações desencontradas, o isolamento imposto, a mudança no estilo do trabalho de todos, especialmente de professores, fez com que mais dificuldades fossem acrescidas ao meu campo de pesquisa.

As entrevistas realizadas antes e depois da pandemia revelaram que as adversidades foram, para todos, intensas. Do ponto de vista da pesquisa, a dificuldade maior foi em relação ao tempo, já curto, dos professores, ficar ainda mais comprometido, o que acabou limitando as participações nas entrevistas, que foram significativamente desmarcadas, adiadas ou canceladas. Diante disso, o objetivo de tentar reunir, mesmo que de maneira online, um

número maior de pessoas para falar sobre as questões, como propõe o método clássico da Psicodinâmica do Trabalho, tornou-se impossível.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 LÓGICA NEOLIBERAL

As nuances das atualizações das ideias neoliberais vivenciadas no Brasil e no mundo tornam necessário pensar sobre o capitalismo nos dias de hoje. Em virtude da crise econômica mundial e brasileira e em razão das opções governamentais nos modos de gerir essas situações – que iniciaram com a terceirização de atividades fim e culminam na dita ‘reforma’ trabalhista –, além da escolha do Estado de priorizar o pagamento de juros em detrimento do investimento nas necessidades da população, faz-se urgente discutir algo que é social e ao mesmo tempo individual, pois subjetiva cada um dos trabalhadores singularmente e enquanto sociedade.

Na vertente neoliberal do capitalismo há elementos que são específicos de cada local, região ou país, porém existem pontos que são gerais e estão no cotidiano de todos. Sendo assim, o que há de comum no neoliberalismo é o fato de ser mais que um preceito econômico: é uma forma de vida e um método de governo e governmentação sobre a vida (VEIGA-NETO, 2013). As duas vertentes mais conhecidas de política econômica neoliberal são o ordoliberalismo e o anarcoliberalismo. No ordoliberalismo alemão, o estado regula a concorrência ou competição. Já no anarcoliberalismo, baseado na teoria da Escola de Chicago, cada um é o *self made man*, ou seja, responsável pelo seu próprio sucesso, enquanto o mercado se autorregula, recebendo intervenção mínima do Estado.

Na busca pela compreensão das consequências da fase mais contemporânea do capitalismo, independentemente de conceituações e divergências acadêmicas, percebe-se que a sociedade está navegando numa ‘economia de mercado’ na qual as quatro variáveis principais para sua constituição estão postas: capital, propriedade privada, divisão do trabalho e moeda. No Brasil, o motor da economia funciona com a demanda das famílias, a produção empresarial, o investimento em infraestrutura e as políticas sociais por parte do governo. É um círculo vicioso: se as famílias não consomem, as empresas não têm para quem produzir e, naturalmente, pagam-se menos impostos, o que reduz a capacidade do Estado de realizar investimentos para o bem-estar social (DOWBOR, 2017; 2020).

As novas relações dentro do mundo do trabalho iniciaram nos anos 1980, com a globalização neoliberal, que levou a uma posição dominante do capital financeiro por meio de um processo de desregulamentação dos controles sobre a circulação desses recursos e o surgimento dos fundos *private equity*. Na prática, rentistas que não estão vinculados à

produção exigem taxas de rentabilidade imensas, sem a preocupação com o real do trabalho e as condições que viabilizarão esse ganho financeiro (MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2014).

Conforme a lógica *private equity*, diferentemente dos fundos de investimento (que são capitais individuais de diversos investidores sendo aplicados no mercado financeiro por um administrador comum), os valores são oriundos de empréstimos bancários e devem render altas taxas de juros, voltando multiplicados aos detentores desse capital inicial. De maneira improdutiva e impessoal, empresas são compradas e geridas com foco no maior rendimento possível. Não existe foco no negócio ou na produção, a empresa é vista como um meio de aumentar o ganho com juros e o investimento é feito em vários segmentos, atingindo milhares de trabalhadores, com uma lógica de gestão muito parecida: não importa o que é produzido, muito menos as pessoas envolvidas no trabalho, o que importa é o mercado (DOWBOR, 2017).

Geralmente empresas que não possuem capital aberto em bolsa de valores são compradas pelos fundos *private equity* com o objetivo de injetar recursos, tornando-as mais competitivas e alavancando rentabilidades. Essas empresas usualmente são vendidas em três ou cinco anos para que retornem o valor investido acrescido de 15% ou 20% do capital inicial. Caso os valores de rendimento não estejam de acordo com o ganho esperado, trabalhadores são demitidos e unidades são fechadas sem maiores análises e de maneira instantânea. A lógica do capital financeiro impõe às empresas uma série de exigências, tanto na organização quanto na otimização da produção. Novas técnicas são introduzidas com o objetivo de enxugar espaços considerados ‘não produtivos’, resultando na competição entre trabalhadores, isolando-os e, conseqüentemente, levando-os ao adoecimento psíquico. Mesmo a lógica do capital financeiro não estando presente em todas as empresas, esse modelo de gerenciamento dita os processos de gestão de empresas privadas como um todo. No entanto, esse movimento é antagônico à finalidade da empresa: enquanto os fundos de investimento têm como objetivo extrair o máximo de capital, as empresas crescem financeiramente por meio de investimentos em inovação, progresso técnico e desenvolvimento (MERLO, 2014).

Onde tínhamos o ciclo de acumulação do capital, em que o dinheiro investido na produção voltava, aumentado com o lucro, para financiar mais capital produtivo, hoje temos um sistema de dreno que fragiliza a reprodução do capital (DOWBOR, 2020, p. 54).

Para entender mais contemporaneamente os desdobramentos do capitalismo na atualidade, Lazzarato (2017) esmiúça a questão da Europa no processo da crise construída ao longo dos anos e aponta um norte para o entendimento de situações e decisões políticas e

econômicas que hoje vêm sendo tomadas no Brasil. Seu pensamento possibilita entender o processo de subjetivação através do pressuposto do endividamento no qual todos estão imersos.

Para Veiga-Neto (2013), diferentemente do liberalismo tradicional, o neoliberalismo é uma forma de vida centrada na competição e não simplesmente em uma ideologia. O capital não é mais exterior ao indivíduo, há uma relação de imanência (VEIGA-NETO, 2013). Assim, o neoliberalismo se reconfigura e se adequa às situações que ele mesmo provoca. Todos devem estar impelidos pela vontade de competir. “A competição deve atravessar todo processo econômico; competem os que produzem, os que vendem, os que fazem circular, os que acumulam e os que consomem” (VEIGA-NETO, 2013, p. 4). Por intermédio da escola, formam-se indivíduos que irão consumir e competir de acordo com a lógica neoliberal, em uma busca incessante por tornar sua vida ‘melhor’, mais ‘rica’ e mais ‘completa’, independentemente do contexto social em que o sujeito está inserido.

Para corroborar essa ideia, é importante citar Foucault (2005) e as governamentalidades, que possuem em comum o fato de, ao mesmo tempo, induzirem uma gestão dentro de uma lógica específica para cada época e fornecerem a possibilidade da salvação para os indivíduos por meio da apresentação de uma verdade. As empresas, assim como as demais instituições, são produtos de campos de saber e de poder construídos e instituídos na sociedade. Não são locais isolados, com existência anterior, pois se constituem por meio de um campo de forças e de relações que criam e inventam outras normas e possibilidades. Esses modelos regulam e prescrevem modos de ser, de fazer e de viver que se atualizam entre as normas vitais e as normas sociais.

2.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO E MODOS DE GESTÃO

Para pensar em trabalho contemporâneo, torna-se fundamental entender a forma como ele é organizado, já que as empresas não são isoladas da sociedade, são uma engrenagem complexa que apresenta reflexos na saúde e no adoecimento dos trabalhadores. Para Dejours (2016), as condições de trabalho interferem na saúde física dos trabalhadores enquanto a organização do trabalho influencia na sua saúde mental.

No Brasil, as condições e organizações de trabalho destacam-se, de maneira peculiar, por incorporar modelos inovadores de gestão, mesmo havendo a permanência de formas de trabalho automatizadas e limitadas nos espaços produtivos. Aqui, o trabalho encontra-se precarizado e o modelo *frankenstein* define a realidade atual. Esse termo se refere à adaptação

de formas de produção e exploração do trabalhador anteriormente mecanizadas, sem espaço para a criatividade (taylorismo/fordismo), concomitante à organização flexível e focada em mão de obra multifuncional (toyotismo). A combinação entre as organizações e as fragilidades dos sistemas de produção utiliza modelos organizacionais, na maioria das vezes, adaptados de forma incompleta e provisória (MERLO, 2000; HELOANI; LANCMAN, 2004).

Desde a década de 1980, surgiu essa nova estruturação organizacional caracterizada por oferecer maior grau de autonomia na produção por meio do desenvolvimento de mecanismos de controle mais sutis e envolventes para alavancar a produtividade. Nesse novo modelo, a antiga concepção de trabalhador passivo, que separa corpo e mente na execução do trabalho, que fica restrito a seguir ordens, não se qualificando intelectualmente nem assumindo responsabilidades, torna-se ultrapassada (HELOANI, 2016).

Os modelos de gestão são afetados pela lógica da acumulação capitalista através da reengenharia da empresa, em que há busca por minimizar os custos e aumentar os lucros, enxugando ao máximo o número de trabalhadores. Assim, a reestruturação produtiva, somada à implementação de novas tecnologias, à precarização nas relações de trabalho, à sobrecarga, a elevadas exigências e ao ritmo de trabalho exacerbado, tem aumentado o quadro de doenças e o risco de acidentes, ocasionando licenças e aposentadorias prematuras, com reflexo significativo nas contas do sistema previdenciário (ANTUNES, 2010; HELOANI, 2014; MERLO, 2000).

As mudanças trabalhistas geram consequências na vida daqueles que se encontram forçados a viver com lógicas de mercado constantemente em mutação, criando situações bastante instáveis e de ameaça, percebidas como um mal inevitável dos tempos modernos. Nesse sistema, espera-se que o trabalhador altamente especializado conceda seu lugar a outro mais polivalente, capaz de realizar várias tarefas concomitantes. Ocorre que essa rapidez nos avanços tecnológicos e organizacionais, muitas vezes, não permite o acompanhamento cognitivo de tais mudanças, “criando um processo de desqualificação permanente do trabalhador, do seu saber-fazer e da sua experiência acumulada” (HELOANI; LANCMAN, 2004, p. 78).

Para entender mais especificamente a gestão, Gaulejac (2007) descreve-a como uma tecnologia de poder, isto é, ela mesma legitima a mercantilização do ser humano, transformando-o em capital produtivo. Tal modelo de gestão abrange um conjunto de saberes e técnicas utilizados em setores de grandes empresas, a fim de orientar condutas e mobilizar subjetividades, com a finalidade de criar um sujeito ‘ideal’, que responda às novas exigências

econômicas, sendo mais autônomo, criativo e polivalente. Questões relacionadas à gerência parecem ter surgido antes do capitalismo industrial, como afirma Braverman (1987), quando um grande número de operários encontrava-se vinculado a uma única pessoa. Com o aumento dos processos e das indústrias, tornou-se necessário que determinado indivíduo assumisse o papel de gerenciar, coordenando o trabalho propriamente dito.

Dejours (2016) propõe que, se a saúde mental no trabalho depende da organização, é importante conceber uma forma que não seja prejudicial ao funcionamento psíquico. Revela, assim, a teoria da cooperação, isto é, da inteligência no trabalho em nível individual e coletivo. A inteligência no trabalho mobiliza a subjetividade mesmo fora do local de atuação e é, em grande parte, desconhecida pelo próprio trabalhador. Ocorre, eventualmente, de o sujeito não conseguir superar os obstáculos do real do trabalho ou ficar em dúvida sobre o caminho a seguir. Por isso, é necessário que os gerentes ponham em prática a cooperação vertical entre chefes e subordinados, criando condições de ajuda mútua, visto que a cooperação não é automática.

No entanto, a transformação mais expressiva que o taylorismo provocou na gerência está ligada à efetivação do controle sem precedentes e no modo como o trabalho é executado pelo trabalhador, em que o gerente se torna responsável pela imposição da tarefa, pelo seu ensino e sua supervisão. A gerência exerce controle rigoroso sobre os trabalhadores e seu desenvolvimento. A ciência gerencial é definida por Gaulejac (2007) como uma área de conhecimento que trabalha com um ideal de indivíduo racional e sempre capaz de alcançar mais, dar mais de si para ser o melhor quando comparado a outros e consigo mesmo em fases anteriores. A exigência da excelência nunca será satisfeita, pois, para a gerência, é sempre possível melhorar.

No campo organizacional, as interações que ocorrem entre trabalhadores e líderes revelam a organização do trabalho. Torna-se coerente, portanto, apropriar-se das conclusões de Habermas (1995) a respeito das distorções comunicacionais, uma vez que são relevantes para a compreensão dos fenômenos. Conforme Vizeu (2005) afirma, as distorções comunicacionais permitem a percepção de contradições relacionais interpessoais que raramente são enfocadas nos estudos, e não se trata apenas de falhas na comunicação, pois refletem o não reconhecimento do outro enquanto sujeito capaz e integrante de uma comunidade. Através de distorções comunicativas, pode-se desenvolver condições simbólicas que atuam como formas de dominação e controle.

Para Dejours (1999), o ponto fundamental da teoria da comunicação é que onde não houver possibilidade de diálogo, a violência estará instaurada, pois é uma condição de convivência e aliança.

O ponto capital da organização do trabalho é a qualidade da discussão entre as pessoas. O sofrimento está sempre ligado à degradação das condições de discussão e de intercompreensão. Quando as pessoas não se compreendem mais, quando não conseguem mais se comunicar e construir uma inteligibilidade comum das relações de trabalho, elas não ficam só decepcionadas: elas se defendem (DEJOURS, 1999, p. 170).

Conforme Vizeu (2005) prossegue, ao comunicar-se com diferentes níveis hierárquicos, sujeitos na perspectiva de subordinados sentem-se temerosos em contrariar seu superior e serem desaprovados, ao passo que seus superiores sentem receio de sentirem-se subordinados; estes estados psicológicos instigam a perpetuação da distorção comunicativa. Assim, a hierarquia apresenta-se como condição estrutural que sustenta comunicações dispostas às mentiras, à corrupção de valores e à incompreensão.

2.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil teve início no século XVII com os cursos de Filosofia e Teologia oferecidos pelos jesuítas. Posteriormente, no século XVIII, com o objetivo de formar burocratas para o Estado e especialistas para a produção, iniciou-se a formação de profissionais liberais. Somente com a vinda da família real portuguesa, em 1807, foram criadas as primeiras faculdades de Engenharia, Medicina, Direito e Agronomia. Entretanto, a primeira universidade do Brasil surgiu oficialmente apenas em 1920, ainda que não tenha sido concretizada. A partir de 1930, então, foram criadas as universidades públicas, com a junção das escolas superiores de formação profissional e as escolas confessionais existentes. Em 1934, a Universidade de São Pedro foi inaugurada (BOTTONI; SARDANO; COSTA FILHO, 2013; GOMES; MACHADO-TAYLOR; SARAIVA, 2018).

A partir de 1970, o ensino superior particular ganhou força pela demanda de estudantes que não conseguiam vagas nas universidades públicas. As IES com fins lucrativos surgiram no Brasil com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 1977, que possibilitou a implantação de grupos educacionais de capital aberto, bem como as instituições estrangeiras e aquelas pertencentes a grupos financeiros. Com o incentivo governamental de conceder bolsas de estudo em IES privadas através do ProUni e do FIES, a partir dos anos 2000, houve uma expansão da oferta de novas vagas. Os programas sociais de

acesso ao ensino superior facilitaram o ingresso de estudantes de baixa renda ao mesmo tempo em que “as políticas sociais passam a ser ‘nichos’ de lucro e rentabilidade do capital” (AGAPITO, 2016, p. 128).

A crise de acumulação do capital considerou, na década de 1960, como necessidades urgentes, reestruturações da economia, da participação do Estado, das relações de mercado e trabalhistas. A educação superior também esteve implicada na retomada de governabilidade das nações e no equilíbrio do sistema político e econômico. Tais questões encontram-se relacionadas à necessidade de melhoria das condições de produção e de negócios por meio de medidas facilitadoras das relações comerciais e de concorrência no mercado. Para o Estado ser financeiramente sustentável, é preciso controlar os gastos públicos, reduzir suas dívidas internas e externas e revisar suas políticas sociais (RIVERO, 2010). Por essa perspectiva, privatizar empresas públicas torna-se questão inevitável para a quitação de contas.

Desde a década de 80, governantes latino-americanos, em acordo com o Consenso de Washington, têm apoiado a oferta de vagas no ensino superior privado sustentado pelo setor público, afirmando que a educação privada é mais barata e sua ampliação resulta em maior desenvolvimento econômico. Atualmente, o conhecimento e a educação são bens econômicos considerados indispensáveis à ampliação do poder e da competição entre nações. Isso faz com que as universidades estejam situadas no centro de produção da ciência, tecnologia e inovação (SOUZA *et al.*, 2017).

Para Santos (2010), também a partir dos anos 1980, iniciou-se o processo de mercadorização da universidade, com a expansão e consolidação do mercado nacional universitário. Após, em 1990, ocorreu o processo de transnacionalização da educação superior. O autor conclui que a globalização neoliberal da universidade está em curso, como um projeto que tem como pilar a descapitalização da universidade pública e a transnacionalização do mercado universitário. Diante disso, a universidade pública vem sendo desestabilizada, pois precisa mudar seu atual paradigma institucional e político-pedagógico para um paradigma empresarial. A lógica neoliberal impõe desafios para o conhecimento universitário, que têm se concretizado sob a forma de conhecimento mercantil nas parcerias entre universidade e indústria. O autor ressalta, ainda, que o projeto neoliberal leva a universidade a uma crise de identidade, em que suas funções sociais se deslocam dos problemas nacionais para problemas locais e regionais.

Entre os países ricos, iniciou-se uma preocupação com os rumos do ensino superior, que se articulava ao planejamento efetivo do desenvolvimento econômico e social. As

medidas tomadas a partir deste fato auxiliam no entendimento sobre a reestruturação econômica e política tomada como exigência para a educação, em especial a superior, proposta pelo capitalismo. O fato de o capital financeiro estar concentrado nas mãos de poucas economias mundiais serviu como instrumento para que tais medidas fossem tomadas como políticas pelos países não desenvolvidos: a pressão do dinheiro, das linhas de crédito e dos financiamentos às economias frágeis – as quais deveriam organizar-se para responder às exigências de organismos internacionais credores (RIVERO, 2010).

Atualmente, questões transnacionais de bens, pessoas, serviços, tecnologias e culturas, impostas pelo processo de globalização econômica, também causam efeitos no ensino superior. Para Macedo *et al.* (2017), a existência de sistemas nacionais de ensino constitui uma esfera transnacional da educação em que os procedimentos de gestão empresarial encontram-se voltados para a cultura administrativa de IES e para sua organização acadêmica, podendo, desse modo, trilhar caminhos internacionais e desenvolver modalidades do chamado capitalismo acadêmico. As universidades passam, assim, a ter funções estratégicas no aumento da economia nacional e da competitividade com outros países.

Foi na década de 90 que se intensificou tal processo, por meio das inúmeras transformações e reformas pelas quais passaram o ensino superior. Diversas instituições de caráter global, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), pressionaram países consorciados a implementar diretrizes de transnacionalização da oferta de serviços do ensino superior, sob regras do mercado financeiro, e a internacionalização de recursos educacionais de ensino e pesquisa, estimulando o intercâmbio de alunos e professores e a cooperação acadêmica entre as universidades (MACEDO *et al.*, 2017). Tal processo resultou na percepção da educação como mercadoria, visando aos lucros, o que fez surgir diversas críticas devido à competição e à mercadorização do conhecimento, que constituem o capitalismo acadêmico.

As referidas críticas tratam de indagações sobre o fato de a internacionalização do conhecimento preocupar-se em proporcionar diálogos interculturais e a cooperação acadêmica e científica entre os países ou ter como foco facilitar a formação de um mercado mundial de educação terciária, “resultando numa espécie de colonialismo acadêmico dos países periféricos e semiperiféricos travestido de internacionalização, porém, do tipo lucrativa e privatista” (MACEDO *et al.*, 2017, p. 855).

No Brasil, tal processo não é recente. Induzido pelo Estado a estimular especializações científicas e tecnológicas nas instituições públicas e, posteriormente, motivar a pós-graduação

stricto sensu, o país tem hoje como foco a extensão do sistema privado do ensino superior, aproximando-se, assim, de propostas mercadológicas. Muitos autores têm alertado para a urgência de discussões sobre o tema, uma vez que os poderes legislativo e executivo têm tratado o assunto como retórica e sem prioridade. Desse modo, fica a cargo do mercado explorar a educação como um produto a ser comercializado (MACEDO *et al.*, 2017).

Frente às reformas educativas, existe a ideia de que a concorrência natural do mercado irá produzir melhores escolas; conforme ressaltam Ball *et al.* (2013). Essa expressão remete ao neoliberalismo, uma vez que práticas e noções de governança se expandem a áreas antes reguladas por outras racionalidades. Nesse contexto, as escolas tornam-se mais suscetíveis a medidas que visam a resultados e mais permissivas aos desejos dos consumidores. “Educação é uma arena de lutas políticas em que a contestação de uma política no nível micro ou macro pode redefinir o curso das políticas no futuro” (BALL *et al.*, 2013, p. 11).

Referente à carreira e formação docente, notam-se alguns dispositivos neoliberais importados de outras reformas educativas ocorridas pela América Latina, como salários baseados em merecimento, estímulos baseados no desempenho, incentivos para atrair ‘melhorias’ à profissão, avaliações objetivas e padrões definidos em níveis nacionais e internacionais (BALL *et al.*, 2013).

No âmbito acadêmico, a lógica neoliberal atravessa o modo como a produtividade será compreendida pelos sujeitos envolvidos. Os jogos de verdade, presentes nas avaliações, estabelecem padrões de certo ou errado, bom ou ruim, sem levar em consideração as nuances e os processos envolvidos para a execução de pesquisas, artigos e demais atividades. Isso acaba por determinar valores específicos para as pessoas e suas experiências. Há necessidade de compreender como ocorre o processo de subjetivação no espaço acadêmico que se atualiza sob a lógica neoliberal (MAURENTE, 2019).

Junto às mudanças das atividades de ensino, o ser profissional também tem se transformado. Em meio a isso, o ensino é reformulado pela instalação de uma nova cultura de performatividade – sistema no qual docentes, alunos e pesquisadores são submetidos aos mais diversos julgamentos, comparações e metas. A performatividade tem modificado a estrutura do dia a dia no ensino, além de ser um novo modo de regulação do Estado, que possibilita a formação de novos professores e a redefinição da profissão. Essa redefinição pela performatividade influencia emocionalmente os professores, manifestando-se por meio de sentimentos de vergonha, culpa, orgulho e inveja (MAURENTE, 2019).

Para CHAUI (1999), sob os efeitos da nova forma de capital, ocorreram mudanças na universidade, que anteriormente era vista como uma instituição social, ou seja, que tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa. Gradativamente, a universidade tornou-se funcional, voltada para a formação rápida de profissionais como mão de obra qualificada para o mercado de trabalho; diferentemente da universidade clássica, que estava voltada para o conhecimento. Assim, a nova universidade, ou universidade operacional, é uma organização voltada para si mesma, com gestão avaliada por sua produtividade, baseada em estratégias e programas de eficácia e regida por estruturas. Ela exige que docentes se dediquem ao trabalho burocrático, alheios à pesquisa e à construção do aprendizado, enquanto requer que os estudantes foquem na utilização prática do conhecimento em detrimento da formação intelectual.

Observa-se também o aumento das exigências perante a produção do trabalho docente, especialmente o crescimento de publicações científicas que teriam, de acordo com a visão capitalista, a necessidade de culminar no aumento de produções tecnológicas e o número de patentes no país. Sem dúvidas, há inúmeros elementos envolvidos no movimento da educação; examinando-os em conjunto, percebe-se que agem para desgastar a autonomia e a autoridade docente à medida que abrem espaço para competições transnacionais, setores privados e maiores lucros mediante a educação (BALL *et al.*, 2013).

2.4 CONDIÇÕES DO TRABALHO DOCENTE

O trabalho é condição *sine qua non* da existência humana e, historicamente, pode ser percebido o grau de conhecimento acerca da transformação das suas propriedades naturais. Para Marx (1996), o trabalho é fundante do homem e todas as outras relações sociais têm origem nessa atividade. “Os meios de produção não são só medidores do grau de desenvolvimento da força de trabalho humano, mas também indicadores das condições sociais nas quais se trabalha” (MARX, 1996, p. 229).

O trabalho docente tem se configurado através do aumento de exigências de produtividade e atribuições. Essas transformações resultam na forma como os profissionais se relacionam, pessoal e profissionalmente, e influenciam a forma como atuam em seus trabalhos, afetando também sua saúde. O sofrimento, que acomete muitos, apresenta-se em diferentes graus e reflete no desempenho dos professores, demonstrando aspectos crescentes da precarização subjetiva, também representada pelas formas ‘flexíveis’ de contratação e exercício funcional. Jilou e Cecílio (2015) referem que existe uma nova configuração de

trabalho que ameaça a dignidade dos sujeitos enquanto aliena e empobrece suas subjetividades e autonomias.

Evidencia-se o aumento da precarização no trabalho em universidades em decorrência do aumento significativo de contratos temporários e professores substitutos. Professores em situação laboral incerta acabam por exercer atividades além da docência para que possam aumentar suas rendas, como demonstram Souza *et al.* (2017). Mesmo professores em situação estável sofrem com a precarização, uma vez que padecem com remunerações extremamente baixas e correções salariais ínfimas. Além dessas percepções, observa-se uma relação entre a incerteza dos contratos temporários e o esmorecimento do coletivo de professores, pois é necessária a união para que se modifiquem as condições de trabalho e, conseqüentemente, a saúde dos professores.

Conforme Souza *et al.* (2017) prosseguem, essa situação permite que os professores vivenciem condições de trabalho deterioradas, com forte efeito em suas vidas. A forma como essa precarização se dá atualmente, sob a égide capitalista, é, principalmente, a fragilização da existência do sujeito, isto é, ela atinge a qualidade constitutiva do viver. A pressa em produzir mais e o tempo conseqüentemente prolongado pelo trabalho também produzem ameaças à qualidade da educação e da pesquisa, criando, no mundo universitário, uma ‘sociedade da urgência’ na qual o tempo de convivência e o campo coletivo de criação tornam-se escassos.

Para Jilou e Cecílio (2015), com base no pensamento marxiano, o trabalho é uma condição social necessária e o valor do produto é mensurado através da quantidade e do tempo socialmente gasto na sua produção. No capitalismo, ocorre um processo de separação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho. Para Marx (1996), essa ação leva à alienação, pois o trabalhador não percebe o produto do seu próprio trabalho como pertencente a si mesmo, mas a um terceiro. Com o trabalho tornando-se abstrato, ocorre uma cisão entre o produto do trabalho e a execução do ato de trabalhar, de forma que essa separação faz com que o trabalhador sequer considere o seu trabalho como parte da sua vida, porque a produção está de acordo com a vontade do capitalista.

Essa alienação reduz os trabalhadores às necessidades de consumo como finalidades únicas e últimas de sua vida. Conseqüentemente, a força de trabalho – entendida como atividade vital, a manifestação da vida em si – passa a ser vendida ao capitalista como o único meio para viver. Assim, a existência de uma classe que acredita possuir ‘apenas’ a sua força de trabalho, é condição para acumulação do capital e da mais-valia, obtida pela redução do trabalho à exploração do trabalhador.

O capital, portanto, passa a utilizar a essência humana do trabalho para expropriar valor e garantir a acumulação de riquezas. A força de trabalho é comprada por um período de tempo e transformada em mercadoria. Na primeira parte da jornada de trabalho, o trabalhador recebe o valor para sua subsistência, que é equivalente às mercadorias produzidas por sua força de trabalho. Como o trabalhador continua a trabalhar, na segunda parte da sua jornada, esse trabalho excedente, assim denominado por Marx, não pertence ao trabalhador e não produz para ele qualquer valor. Assim, todo produto excedente criado nessa segunda parte da jornada de trabalho constitui acumulação de capital, que Marx denomina de mais-valia (MARX, 1996).

Visando a aumentar a produção de mais-valia, o capitalista pode prolongar a jornada de trabalho ou intensificar as tarefas e, assim, aumentar a acumulação desse sobretrabalho, que é a chamada mais-valia absoluta. Porém, a parte da jornada de trabalho excedente é limitada por diversas variáveis e, para superar esses limites e aumentar a acumulação, é descrita a mais-valia relativa. Com as inovações técnicas, a mais-valia relativa eleva a produtividade, diminuindo o valor dos produtos necessários à sobrevivência do trabalhador e, como consequência, reduz o tempo de jornada de trabalho a ser pago (MARX, 1996).

No caso dos professores, pode-se pensar sobre o conceito marxiano *general intellect* (MARX, 1996), que é uma expressão criada para designar a dimensão coletiva e social da atividade intelectual usada como fonte de produção de riqueza. Alguns autores propõem o conceito de trabalho imaterial, compreendido como uma atividade que não se reduz aos serviços, mas que possui como característica fundamental o uso do conhecimento, da cooperação e da comunicação (CAMARGO, 2011; LAZZARATO; NEGRI, 2001).

O uso do intelecto tornaria possível entender o trabalho imaterial como algo em que a própria subjetividade é produtiva, demonstrando que, na sociedade contemporânea, a subjetividade adquire um novo papel na produção capitalista. Camargo (2011, p. 42) afirma que trabalho imaterial é o ponto de partida para a noção de capitalismo cognitivo: “O conhecimento ocupa o papel de principal força produtiva, o que significa lidarmos com uma concepção de sociedade que não adota mais a teoria marxiana do valor-trabalho como núcleo central para a compreensão e crítica da produção capitalista”.

Do ponto de vista econômico, o conhecimento, como força produtiva principal, não pode ser medido, pode ser observado na vida cotidiana, nas horas diárias de não trabalho, no tempo livre, tornando-se produtor de valor-conhecimento. Com isso, o trabalho imaterial

difere-se do trabalho abstrato. É uma atividade que tem no saber, e não na força de trabalho, o seu aspecto mais importante.

Nessa perspectiva, o trabalho docente é produtivo enquanto social, enquanto gera valor por aqueles que o compram, mas também é fonte de alienação, pois favorece a produção e a reprodução de condições que impedem o desenvolvimento da autonomia e da liberdade dos sujeitos implicados nesse processo. Essas condições são citadas por Sigaut (1990 *apud* DEJOURS, 2004), com base no termo alienação social, descrito pelo autor como modo de organização do trabalho desestrutura a possibilidade de reconhecimento pelo outro. Submetidos a essa lógica de silêncio e dominação, os trabalhadores podem romper, coletivamente, seu contato com a realidade, o que é reconhecido como alienação cultural.

Os trabalhadores, frente às situações inerentes à organização do trabalho, criam estratégias coletivas de defesa, uma ação em relação ao sofrimento no trabalho pela qual os trabalhadores lutam contra os efeitos da desestabilização psíquica. Do ponto de vista subjetivo, a principal preocupação é a capacidade de aguentar firme sem adoecer. A necessidade de resistir e suportar as adversidades do emprego levam à precarização do trabalho (DEJOURS, 2003).

Antunes *et al.* (2020) aborda, nesse contexto, a precarização como o traço comum entre as diferentes ocupações na atual dinâmica do mercado de trabalho, denominada por ele uberização do trabalho. Nesse formato, as relações assalariadas, sem a devida formalização, assumem características de empreendedorismo, alimentando uma falsa ideia de flexibilização de horários, mais tempo fora do trabalho e conseqüente melhora na qualidade de vida. Entretanto, o que se percebe é a redução nos direitos dos trabalhadores e, por conseguinte, maior degradação da vida no trabalho. A tendência dessa dinâmica é a fragmentação da classe de trabalhadores, o que dificulta a tomada de consciência com relação aos efeitos da atualização na precarização do trabalho.

Em organizações em que trabalhadores contribuem com ações que moralmente reprovam, aparece um conflito interno que Dejours (2009, p. 478) identifica como angústia da culpa, da dúvida e da solidão: “A resistência contra o sofrimento não pressupõe um movimento contra o que se desaprova no plano moral e político”, ou seja, existe uma recusa de perceber aquilo que faz sofrer no ambiente de trabalho, mesmo que sua concepção sobre uma situação isolada não relacionada ao trabalho mantenha-se inalterada.

Com isso, as pessoas tentam evitar uma situação afetiva desesperadora e acabam se acovardando frente a essas situações. “Aí se situa a fragilidade do ser humano: ele não pode

correr o risco de pensar naquilo que poderia angustiá-lo a ponto de colocá-lo numa situação de tornar-se louco. Ele simplesmente se acovarda” (DEJOURS, 2009, p. 483).

Quando existe uma forma de pensar diferente da maioria, a resistência ocorre. A pressão dos colegas no ambiente de trabalho para que as ordens não sejam questionadas produz estratégias defensivas para lidar com a inevitável angústia. Essas estratégias são defesas inconscientes, individuais ou coletivas, que visam a proteger o sujeito do sofrimento, sendo as mais frequentes a negação e a racionalização. Evita-se, assim, a tomada de consciência do próprio sofrimento (DEJOURS, 2009).

A negação visa a proteger o trabalhador do entendimento de que a organização é a causa do sofrimento, personificando e responsabilizando os próprios trabalhadores, ou a si mesmo, pelas dificuldades enfrentadas. Já a racionalização se manifesta em falas que justificam as adversidades do trabalho, criando argumentos que atenuam a percepção frente a cobranças exacerbadas, riscos elevados e ritmo exagerado, convencendo-se de que essa é a realidade do mundo do trabalho (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013).

Não há tempo para descanso, a sobrecarga leva à ausência de lazer e à perda de controle sobre projetos acadêmicos. Esses fatores geram consequências que podem se relacionar a sinais de problemas de saúde de caráter emocional e psíquico, como o estresse, a gastrite e a enxaqueca. O trabalho também não se resume a quarenta horas semanais, como é definida a jornada formal, uma vez que o professor prossegue seu trabalho em casa à noite, aos finais de semana e também feriados – essas horas, que deveriam ser de repouso, acabam tornando-se momentos de sofrimento e desgaste. A principal divergência que afeta os professores é a perda da autonomia profissional, pois encontram-se submetidos a controles internos e externos do sistema meritocrático, que é o considerado pelas universidades atualmente, ultrapassando capacidades físicas e psíquicas do sujeito (SOUZA *et al.*, 2017).

O trabalho docente, então, pode ser compreendido pelas suas condições e pelos aspectos visíveis e invisíveis que constituem sua dinâmica e historicidade no contexto capitalista flexível, que sinaliza e justifica uma performance produtiva em que predominam os interesses do capital em detrimento de condições básicas de trabalho. Os professores são expostos a longas jornadas de trabalho, salários incompatíveis e exposições permanentes à instabilidade empregatícia (JILLOU; CECÍLIO, 2015). Para Dejours (2016), o medo de perder o emprego neutraliza a sensibilização coletiva, ocasionando o silêncio e o pensamento individualista, ou seja, não coletivo, assim encorajando condutas de dominação/submissão. A manipulação da ameaça transforma-se em método de controle, utilizado tanto para levar o

sujeito ao erro e assentir a demissão por justa causa quanto para desestruturá-lo e persuadi-lo ao pedido de demissão.

2.5 POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA

Em um jogo de forças entre trabalhadores e instituições, as práticas e as estratégias de intervenção e de controle estão colocadas. O poder político a que o Estado está submetido não relaciona-se a impor restrições, mas a ‘produzir’ cidadãos com a capacidade de suportar uma liberdade controlada (Foucault, 2005). A fim de problematizar tanto o que está prescrito quanto aquilo que resiste, que escapa e acaba por produzir a criatividade e uma possibilidade de suportar o trabalho, propõe-se uma análise desta possibilidade de resistência e também do sofrimento imposto neste real do trabalho (DEJOURS, 2009).

Safatle (2015) destaca as limitações das conceituações de Foucault relacionadas à maneira como ele descreve criticamente os mecanismos disciplinares que constituem o biológico enquanto campo naturalizado de normas e valores que expressarão processos sociais de gestão da vida e dos corpos. Para o autor, “tal noção parte do pressuposto da ausência de autonomia ontológica da vida e da natureza, o que impede que tais conceitos possam fornecer uma base normativa para o desenvolvimento da crítica” (SAFATLE, 2015, p. 335).

Aqui o autor relembra Canguilhem, principalmente no que se refere a problemas, tais como a:

Distinção saúde/doença, a errância própria à normatividade vital, a função da contingência na reconfiguração de formas orgânicas, poderemos recuperar seu vitalismo e utilizá-lo como horizonte de uma biopolítica que será, também, fundamento normativo para a crítica social (Safatle, 2015; p. 336).

Ampliando os conceitos de norma e biopolítica e levando em consideração a autonomia que o processo normativo e o de vitalismo possuem, faz-se importante aplicar as ideias de Canguilhem (2011) ao processo dos trabalhadores. Com base nos conceitos biológicos de normal e patológico do autor, é interessante o uso como norte para uma forma de pensar que amplia o entendimento acerca da potência e da resistência possível no processo do trabalho. Encontram-se conceitos de clínica, incluídos aos do trabalho, quando se entende esta como uma prática que se dá em espaços que possibilitam e ampliam a potência de trabalho – principalmente quando ocorre em um processo dinâmico –, no ato e na atividade do trabalho. É possível ampliar a força desses trabalhadores e suas formas de resistir e agir.

Com base no exposto, entende-se que esse processo, em muitos momentos errante, conduz a outras normas e outras possibilidades de fazer meio, compondo com algo novo. As dificuldades no trabalho estão sempre surgindo e, mais que explicar a sua origem, é importante perceber como essas situações errantes são capturadas e como possibilitam formas de pensar e, assim, deslocar-se do obstáculo, criando maneiras para dar conta do dia a dia.

Outra pista para pensar o processo de resistência dos trabalhadores pode ser encontrada no conceito de normal, usualmente pensado em oposição ao que é patológico. Inverter essa lógica para pensar sobre os erros, o que não está de acordo – olhando para as singularidades – permitirá demonstrar muito mais do trabalho e possibilitará um outro tipo de conhecimento, que é aquele que ocorre com a experiência, com o fazer do trabalho. Aqui se pode identificar como esse fazer é único e se consegue ou não dar conta do processo econômico estrutural, que está acima desse trabalhador.

Diante disso, parece importante não aprisionar ideias, não pensar a saúde ou o normal como algo pronto. Há vida enquanto há normatividade, enquanto existe um processo e a possibilidade de produção normativa. A doença é a incapacidade de produzir novas normas (CANGUILHEM, 2011). Fazendo um paralelo com o mundo do trabalho, torna-se fundamental que se reflita sobre a ideia do trabalhador como alguém em movimento, que produz saúde através de sua capacidade de fazer meio, de produzir normas, entendida aqui como algo imanente a ele.

Assim como a vida, o trabalho que precisa ser realizado não está dado anteriormente; o processo normativo dar-se-á pela experiência. A clínica e a pesquisa no trabalho incidem sobre esse aspecto, ativando algo que já existe, como um desvio, uma outra possibilidade de processo normativo que ocorre na experiência. Em meio ao processo capitalista, estão trabalhadores tentando dar conta das sempre novas e inesgotáveis exigências. Parece que o processo de resistência pode servir tanto como algo positivo – pois questiona a norma – quanto como algo que pode causar doenças – quando elimina relações – uma vez que são essas mesmas relações que possibilitam os coletivos e os compartilhamentos de sofrimento, tal como demonstrado por tantos teóricos da psicologia do trabalho.

2.6 SOFRIMENTO PSÍQUICO E SUBJETIVIDADE NO TRABALHO

Para pensar em subjetividade, é necessário considerar, *a priori*, que sua formação se dá mediante a relação com o outro, em um processo mediado pela linguagem e pelo contexto histórico-cultural. Na psicanálise, entende-se que o sujeito é o sujeito do desejo. Partindo

desse conceito, pensar na subjetividade docente resulta na percepção de que discursos políticos neoliberais alteram a forma como professores pensam a respeito de si, dos outros e do seu trabalho, modificando suas relações profissionais (BALL *et al.*, 2013).

A lógica neoliberal organiza a educação como formas de desempenho, performance e mercadoria, enfatizando a competição, o que produz alterações no modo como docentes realizam seu trabalho e percebem a si mesmos. Conforme Ball *et al.* (2013) enfatizam, os professores encontram-se ordenados com a lógica e a ética do imperativo econômico: há definições de metas, avaliações e comparações de desempenho, que agem como formas de regular a atuação profissional. Através de discursos políticos baseados em noções de *marketing* e performatividade, procura-se reduzir o ensino a empreendimentos técnicos fundamentados em competências e habilidades, não em práticas éticas de informação. Os autores Périlleux e Mendes (2015) também citam uma eventual politização do sofrimento quando há, na clínica do trabalho, distinções entre sofrimento ‘normal’ e ‘patológico’. O sofrimento é psíquico na visão de sujeito, mas torna-se social dependendo do contexto institucional de onde ele emerge.

Na clínica do trabalho, o enigma do sintoma apresenta-se pela fala e pela escuta do sofrimento. Périlleux e Mendes (2015) referem que, para elucidar esse enigma, é preciso partir do pressuposto de que o percurso se encontra contaminado pelas posições subjetiva, política e ética clínicas. Os trabalhadores buscam atendimento ao vivenciarem seus sintomas, que são gerados pela violência sentida através dos modelos de gestão encontrados nas organizações de trabalho; esses são, em grande maioria, de caráter fisiológico (fadiga, distúrbios do sono, exaustão, ganho/perda de peso, entre outros) e organizacional (absenteísmo e assédio moral). Tais sintomas são considerados expressões de patologias sociais, ou seja, apresentam-se através das relações do indivíduo consigo mesmo e com os outros.

Ao deparar-se com desafios específicos, o trabalhador usa sua criatividade para lidar com imprevistos e problemas, conseqüentemente, ele sofre criativamente. Após utilizar todos os seus recursos e não ter mais como mudar a situação, o sofrimento patogênico aparece. É importante esclarecer que essa distinção não significa que existem dois tipos de sofrimento, mas que cada um deles apresenta diferentes destinos: o sofrimento criativo transforma-se em prazer e em experiência estruturante enquanto o sofrimento patogênico é a doença que surge. De acordo com Dejours (2011), nenhum indivíduo considera a si mesmo ou a sua produção

como criativos, pois é somente pela relação com o outro que se tem certeza daquilo que se realiza. Dejours (2011) também alerta que é o fazer, e não o ser, que deve ser julgado.

O sofrimento no trabalho só se faz visível quando deixa de ser transformado em prazer através das realizações do sujeito, tidas como belas e úteis pelas demais pessoas. Conforme a psicodinâmica do trabalho, há dois critérios fundamentais utilizados pelo outro para a avaliação do que o sujeito faz: a utilidade e a beleza. Os chefes e clientes julgam se o que foi realizado é útil econômica e socialmente enquanto o par julga se a produção é bela. O reconhecimento se faz necessário para a realização de si e a construção de uma identidade, condições essenciais para o amadurecimento e o desenvolvimento do sujeito no trabalho. Portanto, para estar assegurado, o sujeito necessita do olhar do outro; se este deixa de estar presente em algum momento, o resultado é a dificuldade em construir uma subjetividade, o que poderá resultar em sofrimento psíquico (SZNELWAR; UCHIDA; LANCMAN, 2011).

Ações econômicas silenciosas acabam sendo meios de determinar indicadores morais e psicológicos que produzem padrões de ação e sofrimento. Segundo Safatle (2018), o discurso neoliberal, entendido como uma lógica que está além de uma política socioeconômica, tem um caráter disciplinar em relação a esse sofrimento.

Para elucidar, a ascensão do neoliberalismo nos anos 1970 coaduna com a reformulação da gramática do sofrimento psíquico através da elaboração da terceira edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM - III). No manual, com a reconstrução das categorias clínicas, há o direcionamento para a utilização cada vez maior de fármacos com o novo objetivo de potencializar a performance no trabalho: “Pois o sofrimento psíquico é não apenas produzido, mas também gerido pelo neoliberalismo. Por isso, cabe compreender o neoliberalismo como uma forma de vida nos campos do trabalho, da linguagem e do desejo” (SAFATLE, 2018, p. 6).

Para Franco *et al.* (2020), a formulação da concepção neoliberal de sujeito está alinhada a situações de crises sistêmicas inerentes ao funcionamento do capital. Na teoria da Escola de Chicago, a ação individual chega a sua expressão máxima no conceito de capital humano, em que a relação consigo mesmo é afetada pela exigência de autovalorização constante por meio da ideia de mercadoria. Em uma sociedade competitiva, em que as atividades devem levar em conta produção, investimento e cálculo de custo, pessoas e coisas são comparadas e classificadas constantemente. A introjeção dessas ideias cria uma subjetividade ilusória na qual o próprio indivíduo exige otimizar o seu potencial, valorizando seus atributos. No entanto, quando ocorre o não cumprimento de todas essas autoexigências

irreais, há autocolpabilização, frustração e angústia associada ao fracasso, o que resulta na patologia típica desse contexto: a depressão (DUNKER, 2020).

Franco *et al.* (2020) destacam que a ideia de entender o sujeito como indivíduo movido por interesse, utilidade e satisfação, de maneira mensurável e com ações essencialmente racionais, leva à concepção da ação humana reduzida ao cálculo mercantil, que é a base da doutrina neoliberal. “A busca pela felicidade funde-se com a ideia mercadológica de demanda, de modo que os afetos humanos passam a ser reduzidos a motivações para investir, comprar e vender” (FRANCO *et al.*, 2020, p. 63).

Para Lacan (1998), a complexidade do desejo do sujeito está muito além da necessidade (natureza biológica), que pode ser satisfeita com uma demanda endereçada ao objeto, o qual não é primordial. O desejo incide sobre a fantasia, ou seja, sobre um outro imaginário, à medida que esse desejo busca ser reconhecido em caráter absoluto pelo desejo do desejo do outro, portanto não pode ser satisfeito por nenhum objeto.

Levando em conta a constituição de sujeito para Lacan, Dunker (2021) explica que o desejo, no neoliberalismo, articula-se com realizações em termos de propósito pela via do consumo, sem grandes reflexões acerca de sonhos e projetos, pois eles são dados de forma direta pela enunciação da demanda. A propaganda orientada para o consumo de experiência incorpora a insatisfação constante, necessária para a manutenção do gasto exacerbado. A satisfação da demanda passa a ser imediata em detrimento do sacrifício em nome do futuro e das grandes construções sociais. No entanto, se ocorre alguma dificuldade ou falta de disposição do sujeito em relação à demanda do consumo, indisposição para o trabalho, estudo e sexo, o indivíduo adquire a figura social do fracassado, caracterizado como deprimido, ou seja, as pessoas tendem a ser desvalorizadas quando não apresentam inclinações ao consumo, emprego, entre outras atividades socialmente valorizadas como produção. A depressão, além da conotação de preguiça, ganha significação de desajuste a normas e regras, reduzida à descompensação química cerebral e a uma situação específica que desencadeia piores e repetições (DUNKER, 2018). Dessa forma, o sofrimento culpabiliza e individualiza o fracasso, isolando a discussão política dos direcionamentos objetivos da forma de vida, trabalho, linguagem, desejo e sofrimento psíquico.

A subjetividade (realidade psíquica, emocional e cognitiva) está comprometida com os objetos externos, com o mundo objetivo. É incorreto pensar que o sofrimento é algo individual e imaginário, que está desconectado das experiências vividas. Assim, uma das formas de mediação entre indivíduo e sociedade é o trabalho, que constrói a identidade e

propicia a vivência da condição social que se impõe sobre os sujeitos (BARRETO; HELOANI, 2014).

Diante disso, os autores ressaltam a importância do local de trabalho, da estrutura da empresa e das políticas de gestão para intensificar ou não o adoecimento psíquico. Para eles, o fato é que a busca incessante por produtividade, metas, projetos em curto prazo e demais estratégias que visam a lucrar mais com menos gastos cria condições adequadas para o modelo de gestão baseado no assédio moral.

É importante lembrar que o líder, gestor ou chefe não necessariamente apresenta uma ‘falha de caráter’, mas está reproduzindo a lógica empresarial baseada no neoliberalismo, que propicia a cobrança constante em busca de acúmulo financeiro inesgotável. Acredita-se que seja necessário pressionar os trabalhadores para o atendimento das metas sempre em ascensão, levando o sujeito a acreditar que é possível atingi-las e, assim, sacrificando sua qualidade no trabalho e de vida. Inicia, portanto, um processo de traição de si mesmo, que irá fragilizá-lo psiquicamente (MERLO, 2014).

Soma-se a isso a constante responsabilização do trabalhador frente às demandas da empresa, que o associa com o fracasso dos objetivos da organização como algo de ordem pessoal. Esta individualização, que transforma fracasso em culpa, gera uma agressividade introjetada, orientada para o próprio eu (DUNKER, 2020). O isolamento social e cognitivo, causado por essa personalização do fracasso, gera uma separação entre o modo de vida e a depressão, redimensionando trabalho, linguagem e desejo, do sofrimento psíquico. Diante dessa culpabilização do indivíduo – sem considerar os aspectos externos, sociais e do trabalho, que o levaram à depressão – o autor propõe a “hipótese depressiva” para compreender essa patologia como algo de origem social e uma forma de vida de naturalização do sofrimento como algo esperado diante dos desafios da atualidade (DUNKER, 2020. p. 168, grifos do autor). A depressão é um sintoma secundário de formações e esforço para adaptações de angústias frente à realidade, que é transformada em ansiedade, depois em estresse, mas é entendida como uma mera expressão de descompensação cerebral.

O discurso que naturaliza o sofrimento e culpabiliza o indivíduo pela sua depressão manipula essas experiências, tornando as pessoas mais passivas ou assujeitadas. Alguns sofrem calados e sozinhos enquanto outros fazem da insatisfação um impulso para a transformação de si e do mundo. Há ainda quem desconsidere o próprio mal-estar e dedique-se a instigar o sofrimento alheio (DUNKER, 2020).

3 PANORAMA DE PESQUISAS SOBRE SAÚDE DOCENTE

Neste capítulo, o objetivo é apresentar uma breve perspectiva das pesquisas encontradas, durante a coleta de dados, no portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), as quais tiveram, entre os seus objetivos, o estudo sobre a saúde docente. Para tal, foram utilizados os descritores *professor universitário* e *saúde do trabalhador*. Partindo disso, com o intuito de iniciar o levantamento de dados, optou-se por utilizar documentos produzidos nos últimos 10 anos, em todas as línguas, disponíveis na plataforma. Para tais descritores, 173 itens foram encontrados; entre eles, somente oito foram considerados, sendo todos artigos.

Outra pesquisa adicional foi realizada com os descritores *professor universitário* e *psicodinâmica do trabalho* a fim de examinar documentos que pesquisaram sobre o professor universitário utilizando a Psicodinâmica do Trabalho (PdT) como método de intervenção. Conforme a busca anterior, o método de pesquisa utilizado considerou produções dos últimos 10 anos, em todas as línguas, disponíveis na plataforma CAPES. Dessa vez, entre os 19 documentos encontrados, nenhum utilizou a PdT como método de intervenção e/ou análise.

Após esse levantamento bibliográfico inicial, dos artigos encontrados, dois foram selecionados, os quais analisaram as percepções de professores universitários e de pós-graduação e se mostraram relevantes para ajudar a pensar no problema desta pesquisa e em sua execução. O Quadro 1, a seguir, apresenta os dados coletados e selecionados, detalhados acima.

Quadro 1 - Professor universitário, saúde do trabalhador e psicodinâmica do trabalho - pesquisas relacionadas

Título do artigo	Autor(es)	Objetivos	Metodologia	Resultados	Ano	Periódico
1- Estresse e Docência: Um Estudo no Ensino Superior Privado	DALAGASPERINA, Patrícia; MONTEIRO, Janine Kieling	Identificar os fatores de estresse laboral de professores universitários do ensino privado e analisar as possíveis repercussões na saúde.	Análise qualitativa por meio de entrevistas.	Os resultados apresentam como principais fatores de estresse: sobrecarga de trabalho, cobranças e dificuldades de relacionamento com chefia e alunos; prejudicando a saúde destes profissionais. Foram sugeridas melhorias na gestão do trabalho, no processo de ensino e nas estratégias de enfrentamento pessoal como alternativas para redução do estresse.	2017	Revista Subjetividades
2- A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes.	SOUZA, Katia Reis <i>et al.</i>	Analisar a nova organização do trabalho de docentes universitários estabelecendo relação com o panorama de saúde desses profissionais.	Estudo qualitativo de caráter exploratório através de pesquisa bibliográfica.	Verificou-se que, no mundo universitário, predominam as pressões organizacionais, intensificando o trabalho e as exigências de produtividade Além disso, o tema, sobrecarga de trabalho, é recorrente e prepondera à menor disponibilidade de lazer. Também se confirmou o imperativo da resistência coletiva, organizada de forma a modificar o quadro de precarização do trabalho docente.	2017	Ciência & Saúde Coletiva
3- A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente	CORTEZ, Paulo Afonso <i>et al.</i>	Analisar publicações da Biblioteca Virtual de Saúde em Psicologia (BVS-Psi) dos últimos 14 anos (2003-2016) relacionadas à saúde no trabalho docente.	Levantamento e análise bibliográfica.	Os estudos evidenciaram adoecimento docente, apontando a necessidade de desenvolvimento de ações referentes à reorganização do trabalho docente e à promoção da saúde do professor.	2017	Cadernos de Saúde Coletiva

Título do artigo	Autor(es)	Objetivos	Metodologia	Resultados	Ano	Periódico
4- Bem-estar subjetivo e comprometimento com a carreira: examinando suas relações entre professores de ensino superior	ANDRADE, Rayana Santedicola; FERNANDES, Sônia Regina Pereira; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt.	Examinar as associações entre comprometimento de carreira e bem-estar subjetivo em professores universitários.	Estudo transversal e quantitativo realizado através de questionários fechados autoaplicáveis.	Os principais resultados indicaram alto nível de comprometimento profissional, bem como a correlação positiva e significativa entre o comprometimento e o bem-estar dos docentes.	2013	Revista de Psicologia
5- Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a	LIM, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira.	Verificar as relações entre o processo de trabalho docente, as condições sob as quais ele se desenvolve e o possível adoecimento físico e mental dos professores em uma universidade federal.	Pesquisa exploratória.	Percebeu-se que professores apresentam exaustão emocional, além do elevado índice de manifestação de diversos sintomas. Também se pode afirmar, através dos discursos analisados, que os processos atuais de trabalho em universidades federais interferem na saúde dos docentes e há pouca atenção prestada pelas autoridades.	2009	Ciências & Cognição
6- Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários	COUTINHO, Maria Chalfin; MAGRO, Márcia Luiza Pit Dal; BUDDE, Cristiane.	Compreender os sentidos de prazer e sofrimento no trabalho atribuídos por professores de universidades comunitárias.	Análise qualitativa por meio de entrevistas.	Notou-se que as mudanças na esfera do trabalho docente trazem implicações para suas significações. Predominam vivências relacionadas ao sofrimento no trabalho, associadas à elevada carga de trabalho, que gera exaustão, física e mental, e à insegurança quanto ao contrato de trabalho.	2011	Psicologia: teoria e prática

Título do artigo	Autor(es)	Objetivos	Metodologia	Resultados	Ano	Periódico
7- O ensino na área da saúde e sua repercussão na qualidade de vida docente	SILVÉRIO, Maria Regina. <i>et al.</i>	Conhecer a repercussão do processo de ensino-aprendizagem na qualidade de vida e saúde de docentes de cursos de graduação da área da saúde.	Estudo qualitativo realizado pela análise de entrevistas com base no seu conteúdo e na reflexão-síntese.	Observou-se que diferentes fatores promovem ou limitam a qualidade de vida do docente, inclusive para além do espaço laboral. Outros fatores envolvem questões relacionadas a problemas da instituição, interação com gestores, condições de trabalho e remuneração.	2010	Revista Brasileira de Educação Médica
8- Professores do ensino público superior: produtividades, produtivismo e adoecimento	BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva.	Mostrar de que maneira a agenda de atividades no mundo acadêmico tem levado docentes do ensino público superior ao adoecimento.	Pesquisa mediante questionário com perguntas abertas e fechadas.	Apurou-se que a procura por ajuda médica e/ou psicológica é mais frequente entre docentes de programas de pós-graduação, principalmente entre mulheres com maior número de orientandos; os resultados também indicam que é a diversidade de atividades que parece levar muitos desses professores ao sofrimento e ao adoecimento.	2013	Universitas Psychologica
9- Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico	LEITE, Janete Luzia.	Estabelecer relação entre os principais eixos da Reforma Universitária e os transtornos causados aos professores universitários.	Revisão bibliográfica e entrevista.	Verificou-se que a precarização do trabalho docente mostra-se bastante presente atualmente e os professores têm consciência de que seu trabalho pode gerar consequências à sua saúde, porém, recusam-se a procurar ajuda por temerem sofrer com a estigmatização de não suportarem as novas formas de trabalho acadêmicas.	2017	Revista Katálysis

Título do artigo	Autor(es)	Objetivos	Metodologia	Resultados	Ano	Periódico
10- Qualidade de vida de professores de Instituições de Ensino Superior Comunitárias do Rio Grande do Sul	KOETZ, Lydia; REMPEL, Claudete; PÉRICO, Eduardo.	Identificar a qualidade de vida de docentes de instituições de ensino superior comunitárias não confessionais do RS quanto aos domínios físico, psicológico, social e ambiental, bem como conhecer os determinantes que influenciam as percepções dos docentes sobre qualidade de vida.	Estudo de campo exploratório e quali-quantitativo de corte transversal.	Concluiu-se que o índice de qualidade de vida dos docentes foi enquadrado como bom em todos os domínios analisados e sem diferença estatística significativa entre eles.	2013	Ciência & Saúde Coletiva
11- Qualidade de vida no trabalho de fisioterapeutas docentes no município de Goiânia, Goiás, Brasil	DIAS, Alex Carrér Borges; CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno.	Avaliar a qualidade de vida no trabalho de fisioterapeutas docentes de cursos de fisioterapia no município de Goiânia-GO.	Estudo transversal e descritivo.	Verificou-se que professores que atuam em pós-graduação ou exercem cargo de chefia apresentam médias melhores se comparados aos que atuam somente na graduação. A satisfação com a renda e com a atividade docente também apresentou resultados significativos, influenciando a qualidade de vida no trabalho. A atuação em locais onde se permite maior autonomia e há melhor remuneração também influencia nesse aspecto.	2018	Ciência & Saúde Coletiva
12- Riscos psicossociais associados à síndrome de <i>burnout</i> em professores universitários	CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves.	Avaliar os estressores ocupacionais de natureza psicossocial como possíveis preditores das dimensões da síndrome de <i>burnout</i> .	Estudo de corte transversal com aplicação de questionários.	Os resultados apontaram as variáveis autonomia, apoio social, conflito de papel e conflitos interpessoais como principais preditores de <i>burnout</i> .	2017	Avances en Psicología Latinoamericana

Título do artigo	Autor(es)	Objetivos	Metodologia	Resultados	Ano	Periódico
13- Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública	ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis; MENDONÇA, André Luis O.	Analisar, através do ângulo dos próprios trabalhadores, os sentidos da readaptação na vida dos professores de uma universidade pública.	Estudo qualitativo através de análise de discurso.	Concluiu-se que a readaptação funcional é um processo gerado por condições coletivas de trabalho, o que exige intervenções institucionais, de caráter coletivo, para a promoção de ambientes laborais mais saudáveis.	2013	Physis: revista de saúde coletiva
14- As transformações produtivas na pós-graduação: o prazer no trabalho docente está suspenso?	RUZA, Fábio Machado <i>et al.</i>	Analisar as relações entre o trabalho e a subjetividade do professor de pós-graduação da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho.	Levantamento e análise de dados e documentos institucionais e aplicação de questionário.	Apontou-se que o prazer-sofrimento são elementos imbricados que coexistem em todas as dimensões do trabalho do professor. Foram evidenciados também a intensificação do trabalho, o desgaste frente às exigências de rotinização das tarefas e o significativo número de referências ao estresse e/ou adoecimento.	2016	Revista Subjetividades
15- Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários	MARQUEZE, Elaine Cristina; DE CASTRO MORENO, Claudia R..	Verificar a correlação entre satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho de docentes universitários.	Estudo transversal de abordagem quantitativa.	Concluiu-se que o aumento da satisfação no trabalho pode melhorar a capacidade para o trabalho entre os docentes.	2009	Psicologia em estudo
16- Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública	VILELA, Elena Fátima; GARCIA, Fernando Coutinho; VIEIRA, Adriane.	Analisar, com o amparo da teoria da Psicodinâmica do Trabalho, as percepções dos professores do curso de pedagogia de uma IES pública em relação ao prazer-sofrimento no trabalho docente.	Estudo conduzido por meio de técnicas de coleta e análise de dados de natureza quantitativa e qualitativa, utilizando a Escala de Indicadores de prazer-sofrimento no trabalho.	As vivências de prazer são predominantes e estão relacionadas ao orgulho e à identificação com o trabalho. As vivências de sofrimento, são moderadas e estão relacionadas ao esgotamento, à sobrecarga e ao estresse. Como forma compensatória do sofrimento, as vivências de prazer são maximizadas e têm origem na prática docente, no contato com os colegas de trabalho e os alunos.	2013	Revista Eletrônica de Administração

4 METODOLOGIA

No presente capítulo, está expressa a metodologia utilizada para a construção desta tese. Estão descritas as principais características da pesquisa, os sujeitos participantes, os instrumentos e técnicas utilizados, a metodologia de análise e a interpretação dos dados, assim como os aspectos éticos implicados neste estudo.

4.1 CONSIDERAÇÕES ÉTICAS

Após a qualificação do projeto de pesquisa por uma banca constituída por professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional (PPGPSI) e convidados de outras instituições, o trabalho foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para avaliação quanto ao desenvolvimento da pesquisa. O mesmo foi aprovado, conforme Certificado de Apresentação e Apreciação Ética (CAAE) número 27791419.00000.5334 e parecer consubstanciado do CEP, favorável à realização da pesquisa, sob o número 4.081.513. Em seguida, iniciou-se a busca por voluntários para as entrevistas.

Inicialmente foram contatados professores indicados por outros colegas do grupo de pesquisa. Também foram realizados convites via e-mail, redes sociais e grupos virtuais com possíveis professores das instituições pesquisadas. Conforme já relatado, a dificuldade em conseguir professores dispostos a conceder entrevistas foi perceptível ao longo da pesquisa, tanto pelo esgotamento e acúmulo de atividades desses trabalhadores quanto pela sobrecarga de trabalho, o que fez com que essa dificuldade se tornasse mais um dado para a pesquisa.

A participação foi voluntária, tendo sido formalizada por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) – (APÊNDICE A), no qual constam todas as informações acerca da pesquisa, como o objetivo e seu percurso. Após a leitura do documento, os participantes tiveram a liberdade de consentir ou não sua participação na pesquisa, bem como interrompê-la a qualquer tempo. O sigilo quanto à identidade dos participantes foi garantido e mantido, não sendo os nomes dos mesmos mencionados na apresentação dos relatos. Além disso, as gravações das entrevistas individuais foram descartadas após sua transcrição e o material transcrito ficará sob a guarda da pesquisadora por cinco anos. Destaca-se que esta pesquisa atentou a todas as implicações éticas e legais,

conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde, Resolução nº 466/2012 e nº 510/2016 (BRASIL, 2016).

4.2 TIPO E MÉTODO DE PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos, foi realizada uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e de campo. A pesquisa científica é uma atividade fundamental das ciências, pois oportuniza a aproximação e a compreensão da realidade examinada. Ela caracteriza-se como um esforço cuidadoso para a exploração de novos dados ou relações e para a ampliação do conhecimento já existente. Ciências sociais é uma expressão comumente associada às diferentes áreas de conhecimento que se preocupam com fenômenos sociais, econômicos, políticos, psicológicos, educacionais, culturais, enfim, áreas que estudam relações de caráter humano e sociais (GODOY, 1995).

Em razão do proposto por este projeto, optou-se pela pesquisa qualitativa, pois, segundo Godoy (1995), seu foco principal é o estudo e a análise do mundo empírico no seu meio natural, onde o ambiente é a fonte direta de dados. A pesquisa qualitativa visa à compreensão ampla do fenômeno em estudo e considera todos os dados da realidade importantes, uma vez que o contexto e as pessoas nele inseridas não devem ser reduzidas somente a variáveis. O pesquisador também deve ser o instrumento mais confiável de observação, análise e interpretação dos resultados, tornando-se ferramenta fundamental na pesquisa. Pesquisadores qualitativos preocupam-se com os resultados, mas principalmente com o processo da pesquisa, uma vez que buscam compreender um fenômeno em sua totalidade. O objetivo da pesquisa está, portanto, relacionado à demonstração de sentidos e significações utilizados pelos indivíduos perante o mundo. Quanto à sua natureza, é uma pesquisa explicativa, que objetiva elucidar as causas de eventos específicos através dos resultados obtidos.

Com o intuito de melhor demarcar os objetivos e o procedimento metodológico, foi realizada inicialmente uma pesquisa bibliográfica. A fundamentação teórica do objeto de estudo intenciona colaborar com elementos que contribuíram para a análise dos dados encontrados. Para sua realização, foram seguidos caminhos não aleatórios, como destacam Lima e Miotto (2007), mantendo alto grau de vigilância epistemológica e cuidado na decisão dos procedimentos, os quais necessitam de critérios claros e bem definidos, os quais foram avaliados e redefinidos no decorrer da pesquisa. A pesquisa bibliográfica é um procedimento

importante na produção de conhecimento científico, capaz de gerar hipóteses e interpretações que procederão a novas pesquisas.

Posteriormente, ocorreu a entrada no campo. A pesquisa de campo evidencia uma comunidade, seja ela de estudo, trabalho ou lazer. De acordo com Fonseca (2002), ela se caracteriza pela coleta de dados junto às pessoas, objetivando aprofundar questões propostas. Para tanto, a abordagem utilizada foi a da Psicodinâmica do Trabalho, a qual foi definida por Dejours (2011) como uma modalidade que combina pesquisa e intervenção, isto é, uma pesquisa-ação, em que o pesquisador é o sujeito que interage com os trabalhadores numa posição de semelhante, sem assumir lugar de sábio ou especialista. Seu foco são os comentários verbais, enunciados pelos trabalhadores, que vivenciam nuances de prazer e sofrimento, incluindo a lógica de organização do trabalho e as estratégias elaboradas que dão conta daquilo que produz sofrimento no contexto produtivo.

4.3 PARTICIPANTES DA PESQUISA

O número de participantes desta pesquisa foi de 10 pessoas, sendo seis do gênero feminino e quatro do gênero masculino. Todos trabalham ou trabalharam mais de dois anos em IES privadas que possuem capital aberto no mercado financeiro. Atualmente, três dessas pessoas trabalham em uma dessas instituições e uma delas atua de forma esporádica, sem vínculo empregatício, como professora convidada em curso de pós-graduação *lato sensu*. Os demais migraram para universidades comunitárias ou federais, ou seja, seguem como professores, e uma está desempregada. Dos entrevistados, oito residem e trabalham ou trabalharam em IES no Rio Grande do Sul e dois moram e atuam em Brasília - DF. No Quadro 2, segue a identificação geral:

Quadro 2 – Quadro de identificação dos entrevistados

Nome	Idade	Estado civil	Formação	Profissão
E1	41 anos	Casada	Doutorado	Professora liberal e professora universitária
E2	50 anos	Casada	Mestrado	Professora universitária
E3	35 anos	Casada	Mestrado	Professora liberal e professora universitária
E4	37 anos	Casado	Mestrado	Professor universitário
E5	51 anos	Casada	Mestrado	Professora universitária desempregada
E6	36 anos	Separada	Mestrado	Professora liberal e professora universitária
E7	42 anos	Casado	Doutorado	Professor liberal e professor universitário
E8	40 anos	Casado	Doutorado	Professor universitário
E9	42 anos	Casada	Doutorado	Professora universitária
E10	47 anos	Casado	Doutorado	Professor universitário

4.4 INSTRUMENTOS, TÉCNICAS E PROCEDIMENTOS DE CAMPO

Bola de neve é um conceito de amostragem não probabilística, isto é, com a sua utilização, não é possível definir a probabilidade de seleção dos participantes de cada pesquisa; no entanto, essa técnica mostra-se bastante útil para o estudo de grupos de difícil acesso. Para a sua elaboração, inicialmente buscam-se as sementes – documentos e/ou informantes-chaves – que auxiliam o encontro de outras pessoas com o perfil necessário para a pesquisa. Posteriormente, as pessoas indicadas pelas sementes também indicam outros contatos de sua rede e, assim, sucessivamente. Esse tipo de amostragem é principalmente utilizada para fins exploratórios, conforme discorre Vinuto (2014), com o objetivo de melhorar a compreensão de um tema, testar a viabilidade da realização de um estudo e criar os métodos que serão utilizados nos estudos ou fases subsequentes.

Conforme Vinuto (2014), se a pesquisa estiver interessada em um grupo pequeno de pessoas que estejam em contato umas com as outras, esse tipo de amostragem é bem eficaz para a construção de uma base de amostra exaustiva. Com grandes populações, as pessoas têm uma maior rede de conhecidos, o que dificulta a identificação de pessoas mais “populares” e reconhecidas por terceiros, ou seja, em um grupo maior, não será provável que a pessoa seja indicada mais de uma vez (VINUTO, 2014, p. 7, grifos da autora). Em contrapartida, existe a

possibilidade inconveniente de se obter falas e argumentações semelhantes; porém, tal situação pode ser amenizada quando houver a possibilidade de se obter sementes de redes mais diversas. Aumentando o número de sementes aumentarão também as oportunidades de trocas plurais.

4.5 ENTREVISTAS

Por meio do processo da bola de neve de indicações de pessoas, os professores, inicialmente, responderam o questionário sociodemográfico e laboral (APÊNDICE B). Em seguida, foram realizadas entrevistas narrativas (APÊNDICE C), como idealizadas por Schütze (2011). Esse método é um meio de produção e análise de dados para pesquisas que busca a peculiaridade de textos narrativos pela aproximação de abordagens (auto) biográficas, rompendo com a rigidez imposta pelas entrevistas estruturadas e/ou semiestruturadas.

A EN é considerada mais profunda, pois vai além do esquema pergunta-resposta da maioria das entrevistas, pois parte do princípio de que a narração está mais propensa a reproduzir em detalhes as estruturas que orientam as ações dos sujeitos. Para Moura e Nacarato (2017), esse tipo de entrevista produz textos narrativos sobre as experiências das pessoas, expressando maneiras como o mundo é experienciado por meio de histórias pessoais, sociais e coletivas. O objetivo é incentivar a produção de uma narrativa pelo participante da pesquisa. Na EN, o foco não está na veracidade daquilo que é dito pelo narrador, mas naquilo que foi lembrado e nas informações escolhidas no momento das entrevistas, como construção da história de vida.

Para Weller e Zardo (2013), a EN, como proposta por Schütze (2011), compreende etapas ordenadas, sendo três delas as principais. Inicia-se a entrevista com uma pergunta narrativa orientada autobiograficamente e formulada para abordar toda a trajetória de vida do sujeito pesquisado, ou parte da sua história de vida, a depender do interesse e do objeto de estudo do pesquisador. A narrativa deve seguir sem interrupções nessa primeira etapa, e a inserção de novo questionamento ocorre apenas após a indicação de uma coda narrativa, ou seja, de expressões que indiquem o término de um raciocínio ou o fechamento de ideia, por exemplo: então, era isso.

A segunda etapa da EN é dedicada à exploração dos temas transversais e dos fragmentos expostos de forma resumida na primeira parte da entrevista. Após a explanação do entrevistado, o pesquisador poderá intervir de forma a auxiliar na complementação das

narrativas. Nesses casos, Schütze (2011, p. 212) sugere a utilização de expressões como: “Sim, e, então, não consegui acompanhar o restante. Será que poderia, a partir deste ponto, contar mais uma vez?”.

Na terceira etapa da EN, observa-se a descrição abstrata de situações, percursos e contextos que se repetem. O objetivo, nesse momento, é incentivar respostas argumentativas às perguntas, buscando a verbalização de explicações subjetivas sobre eventos de sua trajetória.

O método da EN busca, portanto, a construção e a análise de narrativas de modo a relacionar experiência e linguagem, pois a narração das experiências biográficas e da trajetória cotidiana é a forma de linguagem que mais se aproxima das situações que foram significativas para os sujeitos que as narraram.

Moura e Nacarato (2017) defendem a necessidade de uma aproximação maior do pesquisador com o objeto de investigação e com os sujeitos pesquisados para conhecer o contexto em que as práticas acontecem. Também afirmam que este é um caminho teórico e metodológico bastante trabalhoso e, portanto, não pode envolver muitos sujeitos, pois a existência de muitos dados acaba por comprometer o próprio processo de análise.

4.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO

Após a transcrição dos materiais, a análise foi realizada através de uma adaptação da Psicodinâmica do Trabalho (PdT), a qual tem seu foco na fala dos trabalhadores. É importante ressaltar a vasta experiência de pesquisadores brasileiros com a PdT. Tais pesquisadores, desde os anos 90, utilizam tanto a abordagem teórico-metodológica quanto as categorias teóricas propostas por Dejours (1986; 2004). O método da PdT permite “não apenas produzir uma investigação e, portanto, novos conhecimentos, mas, também, revela-se um instrumento para intervenção, prevenção e transformação de processos de trabalho agressivos à saúde psíquica” (MERLO; MENDES, 2009, p. 152). No entanto, buscar o uso dessa teoria como categoria teórico-metodológica é o cenário ideal que, muitas vezes, não corresponde ao real do campo de pesquisa no Brasil em relação ao mundo do trabalho. Fazer essa distinção e valorizar pesquisadores que utilizam essa abordagem de maneira ampliada é entender a especificidade brasileira e possibilitar a intervenção no processo do trabalho de acordo com a realidade do país, que é diferente da original europeia.

Dessa forma, os resultados foram analisados a partir da escuta clínica da narrativa. Heloani e Lancman (2004) ressaltam que a PdT busca compreender os aspectos psíquicos e subjetivos que são mobilizados pelas relações e pela organização do trabalho. Compreende-se que o trabalho é central na construção da saúde e da identidade dos sujeitos e sua influência transcende o tempo da jornada de trabalho, ou seja, está presente em toda a vida, seja a familiar ou o tempo do não trabalho.

Dejours (2004) reitera que a escuta da versão dos trabalhadores sobre os fatos é o mais importante e tem o objetivo de fazer com que eles próprios possam pensar sobre e intervir em seu trabalho, mediante a discussão coletiva, de acordo com a metodologia da PdT, originalmente proposta.

Destaca-se que, como a análise foi realizada através de entrevistas individuais, não foi possível promover as interações entre o grupo, que poderiam resultar em apoio mútuo e efeito terapêutico. No entanto, mesmo individualmente, a clínica pode resgatar o sentido do trabalho, já que possibilita ao sujeito reconstruir a sua história, o seu lugar no trabalho, resgatando a capacidade de pensar sobre os constrangimentos vivenciados pelo trabalhador na organização do trabalho e promovendo mudanças no significado e no sentido do trabalho. A reflexão sobre o seu fazer contribui para o processo de enfrentamento das adversidades, vislumbrando possibilidades para o futuro.

Para fins de análise e interpretação dos dados, as entrevistas passaram por etapas, conforme descrito:

- a) entrevistas individuais – tiveram duração de 30min até 1h30min;
- b) separação dos dados – após a transcrição das gravações das entrevistas, foi realizada a leitura e releitura do material, com o objetivo de propiciar a compreensão sobre as temáticas abordadas pelos trabalhadores entrevistados;
- c) classificação – após a releitura dos objetivos propostos para o trabalho e sua fundamentação teórica, uniu-se a releitura da transcrição das entrevistas, com o propósito de definir as temáticas relevantes, que estabeleceram os eixos temáticos da pesquisa, oriundos dos comentários verbais emitidos pelos trabalhadores;
- d) descrição – foram transcritos, literalmente, recortes das falas dos trabalhadores, que foram citados conforme sua relevância e pertinência em relação à temática abordada, desconsiderando-se sua ordem temporal;

- e) análise e discussão – a fim de estabelecer conexões entre os comentários verbais relevantes e os objetivos propostos nesta tese, os mesmos foram associados ao referencial teórico pertinente.

Conforme já mencionado, destaca-se a impossibilidade da articulação coletiva, tendo em vista a inviabilidade de realização dos grupos. Sendo assim, a interpretação ocorreu mediante a fala dos entrevistados e a interação com a pesquisadora, tendo sido posteriormente discutida com o grupo de pesquisa. Acrescenta-se que, “é a partir das falas que se conhece o trabalho realizado e os efeitos causados no trabalhador” (MERLO; BOTTEGA; PEREZ, 2019, p. 23).

A análise e a interpretação apresentam, portanto, as falas dos trabalhadores, transcritas de forma literal, articuladas ao material organizado e à teoria apresentada. O material transcrito, derivado das entrevistas, foi analisado por esta pesquisadora, juntamente com o grupo de pesquisa em PdT, da mesma maneira já realizada anteriormente por Perez (2017), Bottega (2015) e Mattos (2020), dentre outros.

5 DESCRIÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo, descrição, análise e discussão do material serão apresentadas em articulação com as entrevistas e a contextualização teórica. Com isso, procura-se atender às três finalidades ao analisar-se uma pesquisa: formular uma interpretação diante das informações apresentadas, responder aos questionamentos propostos no projeto de pesquisa e avançar em algumas questões acerca do objeto da pesquisa (MINAYO, 2002).

5.1 LEVANTAMENTO DAS ENTREVISTAS

Após as transcrições das entrevistas, realizadas entre 2019 e 2021, foram destacados os comentários verbais mais relevantes em relação às questões realizadas. Após, os eixos temáticos foram definidos de acordo com os objetivos geral e específicos da pesquisa. Foram cinco os eixos temáticos encontrados nas falas/comentários verbais dos professores. O primeiro deles – modelo de gestão – foi elaborado para elucidar o objetivo conhecer a influência dos referidos modelos de gestão na produção do trabalho dos professores nas IES privadas. O segundo e o terceiro eixo – lógica neoliberal e lucro – buscaram analisar de que maneira os professores percebem o seu trabalho atravessado pela lucratividade das IES privadas. No quarto e no quinto eixo – adoecimento e saúde – o objetivo foi descrever de que modo os trabalhadores se colocam diante das práticas de gestão e como as reproduzem em sua saúde/adoecimento. Os objetivos, bem como os eixos a esses relacionados, encontram-se descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Relação dos objetivos da pesquisa com os comentários verbais/apontamentos dos trabalhadores.

Objetivo Geral: investigar de que forma a gestão preconizada pela lógica do investimento no mercado financeiro influencia o trabalho e a saúde mental dos professores das IES privadas.	
Objetivo Específico	Eixo
Conhecer a influência dos referidos modelos de gestão na produção do trabalho dos professores nas IES privadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Modelo de gestão
Analisar de que maneira os professores percebem o seu trabalho atravessado pela lucratividade das IES privadas.	<ul style="list-style-type: none"> • Lógica do Capital Financeiro • Lucro: Capital Improdutivo? • Atravessamentos da Lógica Neoliberal na subjetividade dos Professores.
Descrever de que modo os trabalhadores se colocam diante das práticas de gestão e como as reproduzem em sua saúde/adoecimento.	<ul style="list-style-type: none"> • Sofrimento • Saúde

Tomando como base o referencial teórico apresentado anteriormente, serão apontados os comentários verbais feitos pelos professores, bem como a análise e a discussão empreendidas pela pesquisadora. Para um melhor entendimento, serão acrescentados outros estudos, de acordo com os desdobramentos das falas. A análise e a discussão dos resultados estão separadas em eixos temáticos para fins didáticos, apesar de as situações vivenciadas serem indissociáveis no dia a dia.

5.2 MODELO DE GESTÃO

O modelo de gestão preconizado pela lógica do capital financeiro tem sido documentado na literatura com um formato pré-definido de atuação específica. Inicialmente são realizadas demissões dos professores mais qualificados academicamente, os trabalhadores passam a acumular funções de seus ex-colegas ou são substituídos por profissionais com custo mais baixo e as horas trabalhadas são enxugadas, com o objetivo de reduzir os gastos. Observa-se que nenhuma dessas ações é realizada visando ao ensino e às necessidades dos alunos e professores, já que esse modelo é utilizado como base para atuação em qualquer empresa, independentemente da finalidade a que se propõe ou do produto/serviço oferecido pelos diferentes segmentos de atuação. O objetivo final é vender a empresa em curto período de tempo, retornando o valor investido aos rentistas (ANTUNES, 2010; HELOANI, 2014; MERLO, 2000).

A ação dos fundos de investimento relacionados às IES privadas no Brasil não é recente, iniciou em 2001, com a parceria entre o Grupo Pitágoras, de Minas Gerais, e a Apollo International. Depois, em 2005, o grupo americano Laureate adquiriu a Universidade Anhembi Morumbi. Em 2007, foram lançadas na bolsa de valores de São Paulo as ações da Anhanguera Educacional, seguidas pelas da Estácio de Sá, Kroton Educacional e as do Grupo Pitágoras (OLIVEIRA, 2009). Percebe-se, portanto, que a demanda de alunos e a sua facilidade de inserção nas IES privadas, advindas das políticas públicas de acesso à educação, poderiam justificar o fato de o ensino superior ter virado um modelo de negócio que está pautado no ganho de rentistas, que veem esse processo puramente como oportunidade de ganho, não necessariamente vinculado à educação em si.

Diante dessa reengenharia proposta pelo modelo de gestão citado, o objetivo deste eixo é conhecer a influência dos referidos modelos de gestão na produção do trabalho dos

professores nas IES privadas. Foi possível perceber, na fala dos entrevistados, a descrição desse processo de reorganização de forma explícita³:

Em seguida que foi vendida pro grupo econômico, houve uma demissão gigantesca nessa faculdade, uma demissão muito grande. Então todo mundo ficou muito assustado com aquilo (E1).

Se uma empresa, não só do grupo educacional, qualquer empresa que for vendida para uma maior, com certeza eles vão ver os números [...] tem um olhar mais acurado, mais tangível, mais cheio de indicadores para prover a gestão, essa é a grande mudança que percebi (E9).

Perdemos os professores de mais tempo de casa e com maior formação. Então tinha professores que a gente sabia que eram doutores e que foram demitidos (E1).

Será que eu vou ter trabalho semestre que vem? É o cenário hoje que nós estamos vivendo também, [...] todo semestre há um processo de reestruturação (E2).

Foi o pior lugar que eu já trabalhei em termos de gestão, de empresa [...] o pior é o trato com o professor, questão do pagamento, pagar menos por hora-aula e as inúmeras cobranças de sistema e tecnologia sem de fato ter um trabalho para incentivar, motivar e treinar os professores a fazer [...] Tem, por exemplo, a semana do curso Y⁴, daí querem que a gente dê palestra, daí não pagam, lembro lá na XX (outra instituição de ensino privada, pertencente a uma família) se a gente fosse pra reunião a gente recebia. Lá na X não, tudo tem que fazer caridade ou pra manter o emprego, porque se a gente não fizer não vai ser bem visto e pode ser demitido, fica um negócio ruim. E tem a angústia de todo fim de semestre que você fica sem saber se fica ou não fica (E3).

Gaulejac (2007) afirma que a gestão como tecnologia de poder legitima a mercantilização do ser humano a fim de orientar condutas e mobilizar subjetividades. Nas falas dos entrevistados, é possível perceber que professores foram descartados por objetivos puramente econômicos, o que acaba por viabilizar os passos posteriores dessa reorganização, à medida que isso gera insegurança pela instabilidade do emprego dos outros professores da instituição. Diante disso, há uma tendência de submissão às novas regras estabelecidas pela gestão. O conjunto de saberes e técnicas da gestão parece ter a finalidade de criar um sujeito ‘ideal’, que responda às novas exigências econômicas, sendo mais autônomo, criativo e polivalente. No entanto, percebe-se que, na prática, esse profissional multitarefa é um artifício

³ Mesmo que as falas não ultrapassem três linhas, o que justificaria o recuo no texto, optou-se por utilizar esse formato com o objetivo de dar destaque às transcrições. Eventuais divergências em relação ao uso da norma culta da língua portuguesa não foram alteradas para manter a fidelidade das declarações.

⁴ As letras X, XX e Y foram utilizadas sempre que os entrevistados mencionaram os nomes das instituições a fim de preservar a identidade tanto dos professores quanto dessas instituições.

para desvalorizar a qualificação do professor, desconsiderando os objetivos didáticos e de ensino no acompanhamento das atividades propostas:

Então o que acontecia era uma pressão muito grande do tipo assim “olha, eu não posso contratar mais gente, então tu tem que pegar mais horas” (E1).

Então você não tem professores, vamos dizer assim, com formação, você tem generalistas: sabe um pouquinho de cada coisa e dá todas as disciplinas (E2).

Quer dizer que então, a minha disciplina, que eu tenho um conhecimento sobre ela e é por isso que eu trabalho com ela e não outro de outra formação, 20% da nota, daquela nota, vai ser dada por um professor que não é da área (E1).

Segundo o Censo da Educação Superior 2019 (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2020a), existem, no Brasil, 213.211 docentes em IES privadas, em exercício e afastados; nas IES públicas, são 186.217 professores. Mesmo com 88,4% do total de IES no Brasil, as universidades, faculdades e centros universitários privados possuem 53,3% do total de docentes que atuam no ensino acadêmico no país. Esse índice corrobora com a fala dos professores entrevistados, que revela o acúmulo de disciplinas que não fazem parte da sua especialidade e, ainda assim, são constrangidos a assumir.

Em relação ao grau de formação dos professores, nas IES privadas, 22,94% possuem especialização, 48,15% têm mestrado e 28,78% são doutores, enquanto, nas IES públicas, 7,44% têm especialização, 25,78% são mestres e 65% fizeram doutorado. Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996), que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, as IES devem ter, em seu corpo docente, um terço de mestres e doutores, obrigatoriamente. Além disso, esse mesmo percentual deverá trabalhar em regime de dedicação exclusiva. No entanto, na prática, os professores relatam a redução no quadro de professores doutores, que são substituídos por especialistas, com o objetivo de diminuir custos:

Já tem um curso aprovado, eu já o vi o número de doutores que eu preciso, pra quê eu vou ficar com essa daqui que tá com tantos anos de casa, que tá com o salário alto [...] se eu posso ter uma especialista hoje no lugar dela pra ensinar? (E1).

Eu lembro de professores que trancaram o doutorado e alguns que iam fazer processo seletivo e não foram por medo de demissão (E9).

Eu sou Mestre, o meu salário é maior que um Especialista, ok? É a primeira informação que eu tenho, que eu sei que isso é um ponto negativo pra mim. Não importa se eu sou boa, se eu dou conta, não... isso não está sendo levado em consideração! Está sendo levado que eu sou Mestre e eu custo mais caro (E2).

Eu fui taxada porque Mestre ganha mais do que Especialista. E nem pensar contratar Doutor, mas nem pensar em contratar Doutor! Então o que que acontece? Essa precarização. Não que o Especialista não seja bom, não é isso [...] o Especialista pode ser bom, mas essa visão de que o Mestre e o Doutor custam caro [...]. É o mais barato (E2).

Na ocasião (da contratação) chegaram a me propor, de me contratar como Especialista, justamente para eu receber menos porque seria mais fácil contratar um Especialista do que um Mestre. Foi dada essa possibilidade porque o coordenador tinha muita intimidade comigo e falou disso confiando em mim: ‘Eu tenho que mandar teu nome, se eu colocar como Especialista é garantido, se eu colocar como Mestre não é garantido’. Eu tive que decidir (E3).

Diante dessa lógica, que considera professores com maior qualificação como um custo, a gestão utiliza manobras para enquadrar-se nas exigências do Ministério da Educação:

Apareceu no meu contracheque uma vez que eu estava dando aula no Curso de Direito. Botaram uma carga horária ridícula e eu lembro que eu fui reclamar e, isso aconteceu em dois semestres, de eu estar como professora em Curso de Direito sem nunca ter dado aula e eu acho que era pra aproveitar o meu currículo (E9).

Tinha um cara que nunca deu aula na Psicologia, mas ele estava no corpo docente da Psicologia porque ele era Doutor (E9).

Outra estratégia da gestão está voltada para o máximo aproveitamento da flexibilização da carga horária dos cursos presenciais. Segundo a portaria nº 1.428 do Ministério da Educação, a partir de 2018, os cursos presenciais de IES privadas podem ter até 40% de conteúdo em formato à distância (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2018). Em 2019, a portaria nº 2.117 ampliou essa possibilidade para universidades federais e cursos da área da saúde e engenharias, com exceção apenas do curso de medicina. Nos relatos, percebe-se como ocorre esse afrouxamento autorizado pelo Governo Federal:

Então a tua disciplina que é de tantas horas na verdade agora presencial é tanto, online é tanto e aí tu tem que dar um trabalho, tu ganha menos, tu trabalha em casa né, [...] o teu trabalho não é presente, então tu “não trabalha”. Mas, espera aí, eu não vou dar uma atividade? Eu não vou ter que ler? Então assim, eu vou inventar uma coisa, não vou ler e vou dar nota? (E1).

Na fala acima, é perceptível que as atividades não presenciais são desvalorizadas, vistas como não trabalho, precarizando a atuação desses professores. Soma-se a isso o fato de os trabalhos não presenciais serem corrigidos por docentes que não são titulares da disciplina e, muitas vezes, de outras áreas de estudo. Também as atividades acadêmicas são desconsideradas, e o produto final, ou seja, o ensino e o conhecimento que estão sendo produzidos não são levados em consideração. A falácia de que o ensino à distância incluiria alunos que não teriam a oportunidade de realizar cursos de forma presencial, na verdade, virou um negócio.

Então imagina só, aí o aluno tá distante né, tá fazendo muitas disciplinas em EAD e algumas disciplinas presenciais e quando ele chega em uma disciplina presencial ele tem uma sala com 120 alunos (E2).

E eu sou a professora coordenadora responsável pelo aprendizado, mas eu não tenho nem acesso ao sistema de matrícula dele, eu tenho que pedir, eu tenho que buscar. Eu sou avaliada pelo MEC por esses alunos e eu não tenho contato nenhum. Eu não conheço o projeto pedagógico desse curso, eu não tenho ata de NDE, eu não tenho gerenciamento nenhum. Quem são esses alunos? Quais são as limitações? Quais são as dificuldades? Por que existe alguém que administra longe, então umas questões relacionadas à gestão especificamente desse aluno eu não tinha conhecimento (E2).

O propósito dessas mudanças é exclusivamente atingir um percentual de ganho, como já evidenciado em empresas de outros segmentos que seguem esse modelo de gestão (MERLO, 2014). Ball *et al.* (2013) afirmam que existe a ideia de que o mercado, diante da concorrência, produziria melhores escolas. No entanto, as medidas educacionais que visam apenas a resultados financeiros tornam-se mais suscetíveis aos desejos dos consumidores. As entrevistas explicitam a consequência de tratar a universidade como negócio, considerando a satisfação do aluno como cliente, independentemente do seu aproveitamento acadêmico:

Até que numa reunião, a pior de todas, ele (coordenador de curso) chegou e disse: “Olha, pessoal, nós não podemos ter mais do que 10% de reprovação no curso” (E1).

O aluno é, hoje em dia, tratado como cliente; e a gente, como professor, passa a ser de certa forma um prestador de serviço (E7).

Mas fica evidente a diferença (entre uma universidade comunitária e a instituição privada que tem o fundo de investimento) de preocupação com formação. Então eles (gestão da IES privada) começaram a reduzir muito, a gente já ganhava o mínimo da categoria lá, mas começaram a reduzir o quanto a gente ia ganhar por orientação de aluno, por exemplo. Então eles começaram a mexer em várias

questões, diminuindo o valor que a gente ganharia por orientação e o tempo que a gente teria disponível também pra isso (E9).

Percebe-se, aqui, um paradoxo: o aluno-cliente está comprando conhecimento e ensino ou um diploma para atestar uma ocupação?

A lógica do capital financeiro impõe às empresas, aqui também incluídas as IES privadas, uma série de exigências relacionadas tanto à organização quanto à otimização da produção. Novas técnicas são introduzidas com o objetivo de enxugar espaços considerados ‘não produtivos’. O discurso da gestão transmite uma ideia de modernidade, flexibilidade e inovação; mas, na verdade, continua com práticas antiquadas de controle:

O mecanismo de controle era um estojo. O professor tinha que fechar a sala e nós éramos obrigados, e não vejo problema nenhum nisso, em fechar sala, desligar aparelho, tudo isso. Mas ao trancar [...] nós tínhamos que deixar um estojo numa recepção que cada bloco tinha. Geralmente quem estava nessa recepção eram alunos da graduação de outros turnos, funcionários, era gurizada. E eles eram obrigados a anotar se a gente deixava o estojo muito cedo. E então assim, quando a gente deixava e era prova a gente avisava: “Óh, é prova!”. [...] E eu lembro de umas colegas que uma vez me disseram: “E9, se tu acabar a aula cedo, fica dentro da sala”. As estratégias de (risos) “vai fazer qualquer coisa, mas não entrega o estojo antes!” (E9).

Na propaganda dessas IES privadas, o modelo de gestão está sempre ressaltado como mais moderno e flexível, como nos dias atuais. No entanto, percebe-se que as práticas são as mesmas ou tão antigas quanto aquelas utilizadas por empresas consideradas desatualizadas.

Como os fundos de investimento trabalham em diferentes segmentos, parece não existir uma adaptação do modelo de gestão para a atividade educacional. O foco exacerbado na drenagem de recursos, mesmo que seja naturalizado em outros ramos empresariais, nas IES, gera distorções. Na fala a seguir, percebe-se como ocorre o processo de produção, ou ensino-aprendizagem, nessas instituições:

Contratação especificamente de especialistas, salas de aula mescladas com muitos cursos, né? [...] Então, turmas muito lotadas, 123 alunos, incapacidade do professor de enxergar o olho do aluno e verificar se efetivamente ele está aprendendo (E2).

Essas disciplinas, que são 120 alunos, já existe um material pré-pronto em que há uma apostila de auxílio ao aluno e uma apostila de auxílio ao professor. Mas eu entendo que aquilo ali é um ponto de partida, não é o ponto de chegada. Eu posso partir daquilo ali e construir algo mais. Agora, se eu quiser ficar somente naquilo ali vai ficar bastante pobre (E2).

Veio a rede lá de fora, mudou completamente todo o programa, a gente começou a ter zero autonomia nas aulas. Então a gente não podia escolher nada, os textos que a gente iria usar, os vídeos. A gente não podia montar a aula. Vinha um cronograma pronto dizendo: aula 1 tu vai fazer isso, aula 2 tu vai fazer aquilo, aula 3 tu vai fazer aquilo, completamente engessado e enlouquecedor assim (E6).

Considerando as falas dos entrevistados, entende-se que o modelo de gestão implantado nas IES privadas visa à captação do maior número de clientes/alunos possível e, para atingir essa meta ou percentual de matrículas, acaba fornecendo um material didático não obrigatoriamente relacionado à necessidade dos alunos envolvidos. Dessa forma, a mão de obra e a qualificação de professores são desprezadas, visto que ‘qualquer um’ poderá fazer o trabalho de replicar o que a apostila e o material propõem. Percebe-se que o modelo de gestão usado é focado na produção em massa, não necessariamente na qualidade do ‘produto’ ou na necessidade do aluno. Para tanto, parece haver um formato: demissão em massa, principalmente de professores com maior qualificação, contratação de profissionais mais baratos, migração dos alunos para cursos híbridos, nas modalidades à distância e presencial, turmas com pelo menos 120 pessoas, disciplinas genéricas, que podem atender diversos cursos, e apostilas prontas para utilização em sala de aula.

Diante do exposto, é necessário considerar os reflexos que o profissional formado nesse cenário poderá ter na sociedade enquanto trabalhador. Diferente de outras empresas pertencentes aos grupos econômicos com capital aberto, em que produtos são feitos com prazos de validade limitados, a fim de incentivar o consumismo, uma graduação não é, ou não deveria ser, descartável. Sabendo disso, os professores percebem que o contexto acadêmico em que estão inseridos não propicia o desenvolvimento necessário para a construção profissional do estudante:

Então, acho que esse é um momento que o romantismo da carreira acadêmica fica evidente que não existe mais. A gente tá numa linha de fábrica (E9).

Eu me sinto mais como uma peça, uma engrenagem desse processo, do que parte desse processo. Eu não me sinto mais a massa, eu me sinto a máquina apenas, nesse sentido (E1).

Por que não existe incentivo à pesquisa. Não se faz pesquisa lá, lá é um centro operacional de produção, vamos dizer assim. Tem que sair o aluno no outro lado sabendo a técnica (E1).

A sensação dos professores, de serem máquinas, está de acordo com o modelo de gestão preconizado por esses grupos econômicos. O objetivo, nesses casos, é tornar as

empresas mais competitivas e alavancar rentabilidades para que sejam vendidas, em três ou cinco anos, com o valor investido acrescido de 15% ou 20% no capital inicial. O relato a seguir reafirma que a forma de organização do trabalho influencia significativamente o exercício da profissão, levando esses profissionais à busca por outra instituição, pois as dificuldades estão diretamente ligadas à gestão, e não à natureza da atividade do professor:

Então assim, eu não tava pedindo demissão do meu trabalho, não era da docência. Eu tava saindo pra trabalhar na mesma coisa, mas numa outra instituição, e ninguém quis saber por quê (E9).

Entende-se, portanto, como afirma Merlo (2014), que a lógica do mercado financeiro é antagônica à finalidade do negócio: enquanto os fundos de investimento têm como objetivo extrair o máximo de capital, as empresas crescem financeiramente através de investimentos em inovação, progresso técnico e desenvolvimento, o que, nessas IES privadas, aparece apenas no discurso. Conseqüentemente, o papel social de transformação, que fundamenta a existência desses espaços de ensino, torna-se esvaziado.

5.3 LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO

Nesta categoria temática, pretende-se analisar de que maneira os professores percebem o seu trabalho atravessado pela lucratividade das IES privadas. Para entender melhor: a lucratividade é mais que uma questão financeira, é uma forma de vida, e está internalizada:

Eu (acadêmico) peço e eu sou atendido, então eu tô feliz e eu vivo num mundo de ilusão de que isso é a melhor coisa que eu posso ter (E1).

Porque a pressão era muito grande pra não ter TCC porque os alunos em geral não gostam. Vai pensar como? [...] tá soltando muito pra garantir o aluno, mas sem pensar numa qualidade, sem pensar em outras coisas (E9).

As falas das entrevistadas demonstram a falta de reflexão dos alunos em relação ao conhecimento e ao propósito de cursar o ensino superior, com uma visão apenas utilitária da graduação, excluindo a construção necessária para tornar-se um profissional. Formam-se indivíduos que irão consumir e competir de acordo com a lógica neoliberal, em uma busca incessante por tornar sua vida melhor, mais rica e mais completa (VEIGA-NETO, 2013).

Eu vou te dizer que eu acho que o maior prejuízo que eles (alunos) têm é talvez até pessoal [...] tinha um aluno péssimo que se formou, péssimo! Em seguida que ele se formou, ele postava (redes sociais) “mais um curso pra conta, mais um

curso pra conta” e ele mostrava os diplomas e ele viajava e voltava certificado, certificado, certificado. Aí um dia um colega disse: “mas tu viu esse mundaréu de curso?”. E eu falei: “gente, mas ele não cursou odontologia!” (E9).

Pelo exemplo descrito na última fala, infere-se que há uma possível relação entre a baixa qualidade do ensino de graduação e a venda de novos cursos de qualificação, permitindo um mercado mais abrangente. A lógica neoliberal contribui para esse processo uma vez que, como afirma Lazzarato (2017), a cobrança é internalizada, criando a sensação recorrente de dívida, com o objetivo de manter o sujeito consumindo de acordo com as demandas do mercado. A promessa de felicidade é reeditada a cada conquista, como um discurso de ideal e de verdade a ser alcançada:

Eu tenho certeza que eles (alunos) achavam que estavam tendo um ótimo ensino. Certeza! Certeza que eles achavam que era um ótimo ensino! Certeza que as exigências deles de diminuição de cobrança, provas e tudo mais, que tinha que ser assim, era uma exigência deles (E9).

Nas falas apresentadas, os professores evidenciam que existe uma busca pelo menor esforço, tanto da universidade, que oferece a estrutura mínima exigida para viabilizar a aprovação do curso, quanto dos alunos, que querem apenas ter o diploma. Logo, que seja da maneira mais fácil e rápida é a principal exigência. Dunker (2018) explica que o desejo, no neoliberalismo, articula-se com realizações em termos de propósito pela via do consumo, sem grandes reflexões acerca de sonhos e projetos, pois eles são dados de forma direta mediante a enunciação da demanda. A propaganda orientada para o consumo de experiência incorpora a insatisfação constante, necessária para a manutenção do gasto exacerbado. A satisfação da demanda passa a ser imediata, em detrimento do sacrifício em nome do futuro e das grandes construções sociais.

Essa percepção pode ser vinculada ao que Dowbor (2017) fala sobre o sistema econômico montado para a manutenção do enriquecimento de um pequeno grupo, já que conserva a lógica neoliberal, em que há pouco questionamento das pessoas em geral sobre suas escolhas, mantendo também profissionais de ‘nível superior’ como mão de obra, cumprindo o seu papel nesse processo. É perceptível, nos trechos a seguir, que mesmo professores universitários e alunos de graduação estão limitados ao modelo capitalista de lucro que afeta a educação, o que pode diminuir a consciência crítica ou levar à submissão:

Semestre passado teve um programa de demissão voluntária que alguns dos meus colegas pediram demissão e saíram. Opa, que bom! Então se eles pediram demissão e saíram eu tô ainda dentro! (E2)

(Fala do coordenador de curso): “Olha gente, isso é uma normatização, eu tenho meu emprego e pra um bom entendedor meia palavra basta. Eu vou manter o meu emprego”. Foi a coisa mais horrível que eu já ouvi na vida (E1).

Alguns (professores) ainda tentando manter um pouco do nível da coisa, mas a grande maioria mais preocupado só com o seu (E1).

Eu acho que tinha que ter mais estímulo para que a gente tivesse esse interesse de ficar captando e estimulando o aluno, vendo o rendimento do aluno. Eu não tô nem aí. Não me sinto paga para fazer tanto trabalho. Me sinto mal paga no que eu já faço, que é dar aula e aplicar prova (E3).

Professores em situação laboral incerta acabam por exercer atividades em situações precárias, uma vez que padecem com remunerações baixas e correções salariais ínfimas. Jilou e Cecílio (2015) referem que existe uma nova configuração de trabalho que ameaça a dignidade dos sujeitos, já que aliena e empobrece suas subjetividades e autonomias. Os professores, diante da relação de incerteza e dos salários flexíveis, que remuneram por hora trabalhada, com base na carga horária de cada disciplina, acabam tendo que focar na sua sobrevivência, limitando possibilidades de questionamento sobre o próprio trabalho. Além disso, o esmorecimento do coletivo de professores, em decorrência de um ambiente hostil e competitivo, impede a necessária união para que haja reflexão sobre as condições de trabalho e criem-se possibilidades de enfrentamento e resistência.

5.3.1 Lucro: capital improdutivo?

Diante da lógica neoliberal, o trabalho está sempre atravessado pela lucratividade. O que existe de novo nesse processo é que o produto ou serviço não é mais necessário para que o ganho financeiro ocorra, já que há uma estrutura em que uma minoria detém o capital e multiplica seus ganhos através de papéis financeiros. Conforme já mencionado, essa prática está ligada ao que Dowbor (2017) chama de capital improdutivo, pois os detentores do capital não produzem nada, somente aplicam suas fortunas no mercado financeiro, obtendo altos ganhos sem esforço, reinvestindo esses lucros e travando a economia. Consequentemente, o desenvolvimento do país fica comprometido, já que a população segue precisando comprar produtos, serviços e, para tanto, utiliza crédito com juros abusivos que alimentam esses ganhos que, em grande parcela, não retornam para a sociedade em forma de emprego – por

exemplo – o dinheiro fica apenas reinvestido no mercado financeiro, não voltando para a economia real. É evidente, portanto, o foco exclusivo no lucro, nessa possibilidade de reinvestir, não no serviço prestado:

O critério era uma coisa muito esdrachada que era econômico! (E1).

O pessoal comentava muito a questão de que a XX tava engordando o número de alunos, com muitas promoções, semestre grátis, desconto, financiamento, pra engordar isso e depois conseguir fazer a venda com um número de alunos maior (E7).

Porque eu percebi que é demais, eu percebi que é lucro, lucro, lucro e o resto fica meio que de lado, sabe? E até os funcionários, todo mundo esgotado, exausto, irritado, muita demanda, muita. Os coordenadores de curso enlouquecendo, literalmente assim. É uma forma de trabalho surreal, surreal (E6).

Como é que isso vai se sustentar? [...] se sustenta! Quando tu tem pessoas trabalhando com o mesmo perfil, assim, no sentido do grupo econômico, sabe? Isso tem que dar dinheiro! (E1).

Esse sistema, montado para a manutenção do enriquecimento por meio de papéis financeiros, revela uma nova forma de exploração do trabalho. Na prática, rentistas que não estão vinculados à produção exigem taxas de rentabilidade imensas, sem a preocupação com o real do trabalho e as condições que viabilizarão esse ganho financeiro (MERLO, 2014). Nas entrevistas, os professores manifestam preocupação com o direcionamento das ações das universidades voltadas para o ganho financeiro, deixando em segundo plano as necessidades do ensino:

Então acho que o investidor tem que cobrar resultado, o investidor tem que cobrar o retorno, né? Só que quando nós falamos em educação eu sempre me questiono se a educação tem esse viés de retorno financeiro (E2).

É assustador o que tá acontecendo. Eu dou aula às vezes pra pós que é EAD, é uma piada, é uma piada. Virou um comércio que tu paga pra passar, fazendo ou não fazendo as coisas. [...] Olha, tá bem complicado. Eu vejo que tá sucateando de uma forma que eu não sei como vai ser o futuro profissional dessas criaturas (E6).

Eu sinto falta da pesquisa, eu sinto falta da orientação do TCC, que o aluno construa um projeto, que saiba definir um objetivo, que tenha em mente o que que é uma metodologia. Lá não tem isso (E2).

Eu não via sentido naquilo porque eram pessoas completamente aleatórias que fizeram esses planos de aula e às vezes nem eram as pessoas que davam essas disciplinas. Então às vezes nem tinha uma linha lógica de construção da aprendizagem. Não fazia sentido nenhum, era um negócio meio esquizofrênico! Eu

olhava pra esse plano de aula e pensava “meu deus do céu, quem é que fez isso aqui? Não é possível!”! (E6).

Muitas disciplinas estão no modelo híbrido, tem coisas na plataforma, vídeos, atividades lá. Sempre o aluno tem que acessar a plataforma para acessar as atividades. Tem tutores, mas eu não sei quem é que corrige as atividades online, não é a gente (professores). Eu não corrijo nada. Eu não sei se é o sistema que tem um gabarito ou é o tutor (E3).

Percebe-se, em vista disso, que a lógica de gestão não considera os resultados ou o que é produzido, muito menos as pessoas envolvidas no trabalho, o que importa é o mercado (DOWBOR, 2017). De maneira improdutiva e impessoal, empresas são compradas e geridas com foco no maior rendimento possível. Nas entrevistas, nota-se que, mesmo que o capital financeiro não esteja presente em todas as empresas, esse modelo de gerenciamento dita os processos de gestão de empresas privadas como um todo (MERLO, 2014):

E aí eu vim pra XX (universidade comunitária), decidi ficar só na XX. Não me arrependo da decisão, mas hoje eu vejo que a XX não tem investidor externo, mas essa questão de mercado chegou com tudo também (E9).

Então eu vejo que hoje, mesmo quem não tem esse investidor, esses acionistas, em função desse tipo de instituição que veio para bagunçar mercado sem preocupação com formação, tem abalado muito a dinâmica das instituições (E9).

A aula que eu dou dura três horas e meia, por que eu recebo duas? Mas a conta fecha redondinha, a gente dá aula em um período mais curto e aí você fica um grande período de férias, recesso. Mas ainda assim me parece que isso é um arranjo para ir para esse modelo híbrido e para a plataforma e a gente (professores) ter menos espaço e menos dinheiro (E3).

As falas retratam a atual realidade das instituições em que os professores entrevistados estão inseridos. Os atravessamentos da lucratividade ficam evidentes no baixo investimento em condições básicas de ensino que, além de influenciar a gestão de outras universidades, norteia o modelo de educação superior e compromete a atuação e, por conseguinte, a saúde dos trabalhadores. Ademais, o professor universitário depara-se com alunos que tiveram um ensino básico deficitário e não existe autonomia ou investimento institucional para que ele possa desenvolver o conhecimento desses futuros profissionais. Com muitos alunos em sala de aula e com materiais didáticos prontos, o professor acaba perdendo o sentido do seu trabalho:

Então você dá as tintas pra ele, mas mesmo assim ele fica parado [...]. Porque ele já vem com uma carga emocional deficitária de alfabetização, números. Ele não sabe regra de três, achar percentual. Ele não sabe calcular, ele não sabe se

mais é menos, menos é mais. Então ele tem uma carga muito limitada de conhecimento e ele chega na faculdade e aí você diz: “agora é contigo e você vai fazer isso aqui”. E ele diz: “mas professora, eu não sei nem por onde começar!”. Ele não tem vocabulário, ele não tem leitura. Se você diz uma palavra que ele não conhece ele já para por aí, ele já trava (E2).

A forma de entupir as salas de aula de aluno e quando tiraram nossa autonomia de desenhar as aulas, de criar as aulas, ali pra mim parou de fazer sentido (E6).

5.4 ATRAVESSAMENTOS DA LÓGICA NEOLIBERAL NA SUBJETIVIDADE DOS PROFESSORES

Esta categoria busca descrever de que modo os professores colocam-se diante das práticas de gestão e qual é o reflexo delas em sua saúde/adoecimento. Será abordado o processo de subjetivação dos professores por meio da lógica neoliberal, na qual prevalece a sensação de endividamento em relação às demandas de trabalho, cada vez mais intensas. Dentro dessa lógica, é necessária a cobrança internalizada desses profissionais por não estarem fazendo o seu máximo, o que cria uma sensação recorrente de dívida. Percebe-se, portanto, que os trabalhadores sentem-se culpados por situações que estão além de seu esforço e mérito. Essa cobrança deixa de ser algo externo – apenas das chefias – e passa a ser internalizada, subjetivando trabalhadores com volume excessivo de atividades:

Então você se sente um pouco decepcionado com o seu profissional. Poxa vida, mas eu já trabalhei essa disciplina, eu já fiz coisas mais bonitas nessa disciplina e agora eu não tô conseguindo (atingir os 120 alunos presentes na sala de aula). Isso é um fato. O fato de você saber que não é a tua especialidade e você ter que chegar em casa, estudar, elaborar material, fazer anotação, fazer slide e buscar outras coisas na internet, isso te dá uma pressão psicológica no sentido de “será que eu vou saber responder?” (E2).

É visível a responsabilidade que E2 credita a si mesma, decepcionando-se com o seu lado profissional, mesmo em uma sala com 120 alunos e ensinando uma disciplina que não é sua especialidade. Essa forma de experienciar o trabalho só é possível mediante a lógica neoliberal, que subjetiva o professor, levando-o a duvidar da própria capacidade e do seu empenho, sem questionar os fatores externos, como o modo de gestão. A administração contemporânea, que tem como marca avaliações e comparações de desempenho, instigando o trabalhador a convencer-se, de maneira permanente, que pode ir além, leva-os a sentirem-se inseguros de suas próprias competências frente às exigências desse processo, que acaba por produzir “uma catástrofe na subjetividade do trabalhador que, por medo de enfrentá-lo, acaba

preso a uma sensação permanente baseada na díade ansiedade-angústia” (MACHADO; GIONGO; MENDES (2016, p. 236). Durante as entrevistas, mesmo percebendo e criticando as práticas da organização de trabalho, evidenciam-se momentos de dúvida dos professores em relação à sua dedicação profissional:

O aluno se matriculou e precisa sair lá do outro lado, ao término da disciplina, e alguma coisa ele tem que levar e você é o responsável por isso. Então como é que eu vou fazer que o aluno leve alguma coisa? Eu tenho que trabalhar na motivação, eu tenho que trabalhar na percepção da necessidade que aquele conteúdo tem pra vida dele e ele tem que responder uma prova, ser avaliado e tem que ser aprovado. Eu nunca fui cobrada pelo nível de reprovação ou nível de alunos desistentes de uma turma, mas eu sei que eu não posso exigir demais porque o aluno não vai conseguir me responder e eu preciso que eles passem, eu preciso que eles aprovem, porque preciso que a disciplina um alimente a disciplina dois, que a contabilidade de um seja o alimento pra contabilidade dois e que seja o alimento pra a contabilidade três (E2).

É isso que eu acho que tá mudando na educação. Eu coordeno curso de pós-graduação, mas tu tem que sair, tu tem que ir atrás de tudo, né? Tu tem que, se possível, vender o curso também, tu tem que ir atrás das questões todas (E9).

Observa-se, no conteúdo das falas, que as professoras têm como preocupação central a continuidade do andamento dos cursos, pois creditam a si mesmas a responsabilidade pela captação de alunos, já que percebem que seu emprego e a carga horária estão diretamente relacionados à quantidade de estudantes matriculados. Nesse contexto, é perceptível que a preocupação com o ensino, objetivo principal de um professor, é relegada a segundo plano diante do desafio de alimentar as disciplinas, bem como de vender o curso em que leciona. Conseqüentemente, o ensino e a avaliação do progresso do aluno ficam dentro de limites que assegurem a permanência e subsistência do professor.

Para corroborar essa ideia, Souza *et al.* (2017) demonstram o recrudescimento da precarização no trabalho em universidades em decorrência do aumento significativo de contratos temporários e professores substitutos.

Eu nunca faço conta pra além de um semestre, porque eu sei quanto eu ganho nesse semestre e semestre que vem eu não sei quanto vai ser a minha carga horária (E9).

Eu lembro, assim, que mais me incomodava, quando eu fui contratada, tinham falado que ia ser um valor-hora, quando veio a minha carteira de trabalho, foi um valor bem inferior, mas eu aceitei ficar lá (E9).

A relação com a incerteza dos contratos por carga horária pode levar ao isolamento dos professores, já que cumprem suas obrigações sem espaço para estabelecer um coletivo de trabalho. Acrescenta-se a isso a redução da capacidade de questionamento frente ao modelo de gestão escolhido pela universidade, causada pela lógica neoliberal sob a qual todos estão subjetivados. Não há compartilhamento da responsabilidade sobre alternativas em relação à atração de novos alunos e manutenção do curso. O que se observa é uma cobrança do professor, em detrimento do investimento da universidade, em situações que vão desde a infraestrutura até o incentivo financeiro para a pesquisa.

As dificuldades aumentam à medida que as relações ficam mais desumanas e aéticas – nas quais predominam os desmandos, a manipulação do medo e a competitividade desenfreada –, tudo isso associado à produtividade e dissociado do prazer, do saudável e do sentido humano do trabalho:

Tinha um monte de coisa que me impedia de dar aula. Então pelo fato da estrutura ser muito ruim, não tinha como eu projetar uma aula em slides, porque as salas eram lotadas, já que a mensalidade era barata. Então eu lembro de uma turma que tinha 70 alunos e a sala ficava também num lugar perto de uns botecos ou coisa do tipo, então não escutavam direito, eu tinha que falar muito alto. Aí depois de muito cobrar eu consegui um microfone, [...] só que a frequência tinha uma interrupção de uma rádio clandestina. Então eu dava aula com Simone e Simaria ao mesmo tempo cantando, sabe? Era uma bizarrice. [...] Nessa mesma sala onde pegava essa rádio clandestina, eu cheguei pra dar aula e a sala estava com um monte de goteira. O forro de PVC tava infiltrado e tava pingando nos alunos (E4).

Começou a ficar evidente essa questão de mercado lá, assim de aluno, soca aluno, soca aluno, soca aluno. Nenhuma perspectiva de possibilidade de pesquisa, de outra coisa assim (E9).

Em salas pequenas, os alunos eram tipo lata de sardinha, porque eles ficavam com aquelas classes só de braço de madeira bem pequeninhas, em salas sem janelas [...] tinha umas basculantezinhas pra um jardim interno. E eu lembro, eu já tive alunos, vários lá que desmaiaram em aula por causa do calor. Mas no marketing não era isso que se vendia, né? (E9).

Nessa situação de trabalho adversa, além de ter a preocupação com o próprio emprego, o professor ainda precisa manter a postura profissional e de empregado em uma universidade com tal grau de precariedade, que não proporciona a infraestrutura mínima para o ensino e a aprendizagem, mesmo sendo uma instituição privada que cobra mensalidades. O objetivo é, portanto, captar o maior número de alunos possível, mesmo sabendo que não há como atendê-los com o mínimo de respeito e entregar-lhes o conhecimento ofertado.

Na fala a seguir, E9 demonstra que, para proporcionar qualidade ao curso de pós-graduação, era necessário utilizar seus próprios recursos para atrair bons profissionais e, conseqüentemente, manter a rentabilidade do curso e seu próprio emprego:

Às vezes o pessoal (professores convidados) que vem aqui pra serra quer ir em galeteria [...] e a gente recebe o auxílio de R\$34,00 pro professor jantar. Não dá! Na primeira edição eu lembro que ainda eles queriam tomar vinho e eu não tomo vinho, aquilo me doía demais porque eu tinha que pagar o vinho (E9).

A motivação do profissional para submeter-se a situações desagradáveis está ligada à necessidade de manter o emprego. A associação do fracasso do curso a algo de ordem pessoal gera culpa e agressividade introjetadas para si mesmo. O discurso que naturaliza tais situações e culpabiliza o indivíduo pelo seu sofrimento manipula essas experiências, tornando as pessoas mais passivas ou assujeitadas (DUNKER, 2020):

Porque tu acaba, pra sobreviver, tendo que fazer algumas coisas que são esquisitas (E9).

É que eu tô me sentindo um lixo! E isso a gente fala, que muitos, por falta de estudo, são manipulados, e a gente tá aqui, todo mundo com mestrado, doutorado. Se tem estudo, não somos ignorantes! E a gente abaixa a cabeça (E9).

Nos relatos, os professores tentam evitar uma situação desesperadora e acabam se acovardando. A fragilidade do ser humano situa-se no medo de pensar naquilo que poderia angustiá-lo “a ponto de colocá-lo numa situação de tornar-se louco” (DEJOURS, 2009, p. 483). Esse sentimento de medo frente a uma possível tomada de consciência quanto ao seu papel, o de uma peça para obtenção de lucro, é potencializado pela gestão, que busca padronizar processos a fim de promover o descarte da subjetividade e limitar o saber-fazer crítico do professor. Dessa forma, esses modelos de gestão negam o sujeito, suas falhas e seu sofrimento para que prevaleça o caráter funcional do trabalhador-professor, ou seja, a capacitação acadêmica dos professores não tem relevância, assim como a de qualquer trabalhador submetido à lógica neoliberal.

Durante as entrevistas, todos os professores evidenciaram situações de dificuldades e sofrimentos; porém, é importante destacar que dois professores, que trabalham em cursos ligados à administração ou negócios, foram os únicos a relativizar tais situações:

Eu não fiquei tão inseguro porque eu sei que é uma coisa esperada. A mudança, no sentido: tenho 1000 professores, a faculdade vai funcionar bem, da mesma forma, com 500, é uma questão de negócio, né? Olhando os colegas, o que já

percebi dos que não são da área de negócio é a insegurança, eles ficam inseguros, ‘tá mas o que vai ser? Será que vou ser demitido? Será que vai ter gente demitida, vai acontecer alguma coisa?’ Pessoal, alguma demissão ou outra, com certeza vai acontecer! É isso que passava na minha cabeça. Então eu não fico tão preocupado. Agora, quem não é da área vai pensar o quê? Fica matutando aquilo na cabeça: será que não vai ser eu? Claro que pode ser! Como eu também pensei: podia ser. Mas tu tem que estar capacitado também para estar preparado para o mercado [...] eu vejo que a insegurança é o primeiro fator quando é vendido (E8).

Eu falo na minha área, claro que outros cursos podem ter alguma conturbação, desgaste, a coisa negativa, ela acontece. Mas é muito menor esse impacto quando se tem informação da gestão estratégica [...], mas acho que o maior impacto é que o curso não estava tão enxuto, mas na nossa área tem professores que são cientes (E10).

Mesmo evidenciando que são situações conturbadas e de insegurança, os professores seguem banalizando tais práticas como formas naturais de gestão. Dejours (2003) afirma que, diante de situações difíceis, muitos trabalhadores evitam pensar sobre qual o sentido e a serviço do que está de fato o seu trabalho. Com isso mantêm-se não apenas no emprego mas também em seu lugar social. No entanto, o resultado dessa necessidade de resistir e suportar as adversidades do emprego é a precarização e o enfraquecimento do próprio trabalho.

5.5 SOFRIMENTO

O trabalho docente tem se configurado através do aumento de exigências de produtividade e atribuições. Ademais, em um ambiente adverso, como o das instituições pertencentes a esses grupos econômicos, existe um direcionamento para que professores não utilizem sua capacidade crítica e criativa e cumpram apenas com o que está prescrito pelo modelo de gestão. Diante desse paradigma, que cobra do sujeito que use suas habilidades e inteligência para o ensino e, ao mesmo tempo, limita as possibilidades que fogem do objetivo financeiro, o papel do professor acaba tendo caráter funcionalista e desubjetivante, o que transforma o trabalho em um lugar de patologia social e de adoecimento (MENDES, 2018).

Essas transformações resultam da forma como os profissionais se relacionam, pessoal e profissionalmente, e influenciam a maneira como atuam em seus trabalhos, afetando também sua saúde. Contudo, estar adaptado a um trabalho com características adoecedoras não significa estar saudável. Da mesma forma, apresentar adoecimento físico e psíquico diante das adversidades vividas no trabalho não sugere estar doente:

Eu tinha dor de estômago, em especial na noite anterior do dia que eu ia dar aula de manhã. [...] Fora a perda do prazer de ensinar, da vontade de trabalhar. Vontade de trabalhar não tinha, obviamente (E1).

Hoje eu tô ótima, mas já senti muita coisa, cheguei a ponto de ver a minha ex-coordenadora e ter taquicardia, passava mal, tinha sudorese, já chorei. Tinha pavor de encontrar com ela, negócio horrível, horrível, horrível! (E3).

A consciência crítica em relação às limitações do trabalho, além da pressão sofrida diante das exigências da gestão (expressada pelo professor em relação à ex-coordenadora de curso) demonstram que o adoecimento está diretamente relacionado à dificuldade enfrentada para exercer a sua atividade profissional. Os sintomas ocorrem em decorrência da violência sentida nas organizações diante das relações do indivíduo consigo mesmo e com os outros, resultando em expressões patológicas (DEJOURS, 2011). O relato a seguir exemplifica que a desadaptação em situações impostas pelo modelo de gestão é uma forma de manter-se trabalhando:

Mas assim, quando a coisa já é escrachada que tu tem um número de 10% (porcentagem máxima de reprovação por turma), que ele (coordenador) faz prova extra, que ele faz prova da prova, né? Aí vontade nenhuma mais a gente tinha de fazer a coisa como ela deveria ser feita (E1).

Então aí, assim vou te dizer que motivação eu não tinha nenhuma, nós paramos de aplicar prova no último ano, era só um trabalho mínimo (E1).

Dejours (2011) afirma que quando um trabalhador utiliza toda sua capacidade de lidar com situações de trabalho que vão de encontro às suas concepções, apresenta-se o sofrimento patogênico e, assim, surge a doença. Desse modo, ao ouvir o sofrimento, é fundamental considerar a posição subjetiva, política e ética, conforme afirmam Périlleux e Mendes (2015). Há ainda uma eventual politização do sofrimento quando se distingue sofrimento ‘normal’ e ‘patológico’. O julgamento e o reconhecimento dos indivíduos são atravessados pela lógica neoliberal, pois, como afirma Safatle (2020), o neoliberalismo é compreendido como uma forma de vida que permeia diversas esferas – como trabalho, linguagem e desejo – e tem um papel central na produção e no controle do sofrimento psíquico. O sofrimento é psíquico na visão de sujeito, mas torna-se social dependendo do contexto institucional de onde ele emerge:

Totalmente desmotivados (os demais professores). Alguns já têm uma coisa por não trabalhar muito. Tipo “ah, tudo bem, não precisamos fazer prova mesmo [...] ah, tudo bem se eles não querem” (E1).

Eu não tinha vontade de “Ai, eu vou lá dar uma aula”. Vou te dizer que dei aulas horríveis, sabe? Aquela coisa assim “Ah, o que eu tenho que dar agora mesmo? Ah, tal coisa! Peraí que eu vou pegar o material”. O que tinha, sabe? (E1).

Eu estou investindo pouco. Eu não tô nem aí no que eles estão estudando na plataforma. Eu me preocupo com a minha aula e ponto. Eu deveria ver tudo, os vídeos lá da plataforma, mas não faço nada disso. Eu estudo só os textos que eu passo (E3).

Nos recortes dessas falas, pode-se verificar que mesmo os professores passando por adversidades relacionadas à gestão que a fizeram sentir-se desmotivada, prevalece o discurso neoliberal que culpabiliza e personaliza, no trabalhador, a falta de disposição para exercer sua profissão. O professor deveria buscar o acompanhamento do aluno, mesmo não fazendo parte da construção do processo de aprendizagem, visto que a escolha do material, textos e vídeos vêm da gestão, com o objetivo de reduzir carga-horária do professor? O senso comum, que julga que muitas pessoas não gostam ou não querem trabalhar, reforça práticas de gestão adoecedoras, já que a organização exime-se da sua responsabilidade em relação à desmotivação dos trabalhadores.

No âmbito acadêmico, a lógica neoliberal atravessa o modo como a produtividade será compreendida pelos sujeitos envolvidos. Junto às mudanças das atividades de ensino, o ser profissional também tem se transformado. Em meio a isso, o ensino é reformulado através da instalação de uma nova cultura de performatividade – sistema onde docentes, alunos e pesquisadores são submetidos aos mais diversos julgamentos, comparações e metas, fazendo com que haja uma redefinição da profissão. Conforme já mencionado, essa performatividade gera sentimentos como vergonha, culpa, orgulho e inveja nos professores (MAURENTE, 2019).

Diante das falas, entende-se que existem possibilidades limitadas para os professores: de um lado o discurso de culpabilização e personalização do fracasso; de outro, a perda do ideal do professor como aquele que transforma pessoas e, assim, realidades:

Porque a gente tem a ilusão de que está fazendo algo pelo ser humano em termos de ensino, de evolução, é nível superior, né? Então que tu tá tornando pessoas superiores e aí eu pensei: O que que eu tô fazendo? O que que eu tô fazendo? Sabe, tô lutando contra o quê? (E1).

Eu tinha o maior orgulho de dizer, quando perguntavam: “O que tu faz?” Eu: “Ah, eu sou professora da universidade e sou dentista”. Hoje, se alguém me pergunta eu digo: “Eu sou dentista e dou aula na universidade”. Pra mim, inverteu completamente. Tanto que antes se alguém me perguntava eu tinha tanto orgulho

daquilo que eu fazia e desse ideal, tu entendeu? De poder de alguma forma colaborar na formação superior das pessoas (E1).

Hoje eu tenho uma carga horária importante do EAD, mas é muito diferente, e me preocupa que tem cursos que são 100% no EAD. Essas pessoas vão se formar e vão tá trabalhando [...] e não sei se eu vou ter orgulho em dizer que eu fiz parte da formação dessas pessoas (E9).

Para Dejours (2009), quando trabalhadores exercem atividades que moralmente reprovam, ocorre um conflito interno em forma de angústia, culpa, dúvida e solidão. No relato dos professores, nota-se um constrangimento em relação ao produto do seu trabalho. O dilema ético entre o papel de ensinar e viabilizar o lucro para o grupo econômico provoca um impasse entre o que um professor deve fazer e o que a universidade espera que ele faça.

5.6 SAÚDE

A saúde no trabalho não prescinde de uma atividade perfeita, já que os desafios são inerentes a todos os trabalhos. Diante disso, o trabalhador obtém prazer e, conseqüentemente, saúde, quando é possível lidar com os imprevistos e problemas usando sua capacidade criativa. Para Dejours (2011), enquanto o sofrimento criativo se transforma em prazer e em experiência estruturante, o sofrimento patogênico é a doença que surge. Para obter o prazer no trabalho e, conseqüentemente, saúde é necessário o reconhecimento através da relação com os demais:

E a gente tem uma coisa bacana na nossa profissão que a gente não depende de reconhecimento de chefia. Quem conhece o nosso trabalho é o aluno, é ele que sabe de fato como é que tu é enquanto professor. [...] Então isso te dá um ânimo, te dá uma confiança de acreditar que tu tá fazendo a coisa certa, de que o caminho tá legal. Então acho que isso é incrível (E9).

O diferencial do trabalho do professor é ter pouco contato com as chefias se comparado com o tempo despendido com os estudantes. Assim, os alunos acabam sendo as principais fontes de reconhecimento no ambiente de trabalho. Para a psicodinâmica do trabalho, o reconhecimento é uma forma de retribuição simbólica pelo envolvimento do trabalhador em suas atividades laborais através de sua subjetividade e inteligência, conforme percebe-se na próxima fala:

Eu me apegava a alguns aluninhos ali que eu sabia que tinham vontade de aprender. Por exemplo, assim, tu pega um ou outro que vai a congressos, que quer fazer alguma coisa, sabe? E aí com esses me dava um pouco de ânimo, porque daí

eles perguntavam, daí eu buscava alguma informação, aí voltava um pouco de ânimo no trabalho (E1).

Existem duas formas de reconhecimento que passam pelo julgamento das atividades, e não da pessoa do trabalhador, são elas: julgamento de utilidade e julgamento de beleza. O julgamento de utilidade ocorre de maneira vertical (chefias, subordinados e clientes), pelo viés econômico, social e técnico, permitindo a afirmação do trabalhador como profissional, o saber fazer. O julgamento de beleza, por sua vez, acontece de forma horizontal, na qual os pares e a comunidade de pertença irão reconhecer a singularidade e originalidade do trabalho, possibilitando uma realização pessoal. A dinâmica do reconhecimento promove o fortalecimento da identidade singular e pode construir o pertencimento a uma coletividade, a um grupo profissional, representando um contraponto à solidão (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013).

A nossa gestão era muito bacana assim. Eu tive a sorte de trabalhar com pessoas sensacionais e tava todo mundo sentindo a mesma coisa. Então eles nunca foram *top down*, porque eles compartilhavam com a gente as coisas e a gente via que não era deles. Era muito mais pra cima o negócio, entendeu? Então era uma dor compartilhada. Todo mundo tava passando pela mesma coisa, eles inclusive. Eu acho que até mais que nós (E6).

Eu tenho algo que ajuda muito diante dessas situações difíceis, de uma cobrança maior, de mais trabalho e menos remuneração, que são os colegas de trabalho. Eu sei que eu sou uma pessoa privilegiada, porque eu tive boas coordenações sempre. Se todas as mulheres tivessem uma coordenação como eu tive em período de gravidez e em retorno, seria um espetáculo! (E9).

Nas falas apresentadas, o grupo de trabalho apresenta condições que favorecem as atividades dos professores em sala de aula, pois as dificuldades são compartilhadas, existe apoio e confiança na coordenação e espaço para discussão. Essas formas de se relacionar entre os colegas são condições que permitem a construção de um coletivo de trabalho. Por meio desse processo, é possível estabelecer as regras de trabalho que irão referenciar os julgamentos entre os pares, possibilitando o reconhecimento e, conseqüentemente, o prazer no trabalho (VIEIRA; MENDES; MERLO, 2013).

A atualização e o contato com as pessoas eu acho muito legal. Eu acho que às vezes o consultório é um ambiente um pouco mais solitário. Então a questão da docência é muito bacana, toda essa situação que a gente tem de tanto contato com colegas, profissionais e aprendizado. Aprendizado o tempo todo, o tempo todo! (E7).

A última fala exemplifica que os alunos estão inseridos no reconhecimento da comunidade de pertença, pois realizam o julgamento de beleza em relação ao trabalho do professor, enquanto o cliente, no consultório, oferece o reconhecimento de utilidade ao receber a prestação de serviço. Os professores demonstram que o que os mantém trabalhando nessas universidades é o contato com os alunos e a possibilidade de troca em sala de aula:

Eu acho que tu cresce muito como pessoa, tu aprende a ver o diferente, a tolerar, eu acho que tu te testa muito como pessoa. Eu acho que a gente aprende muito com os alunos, eu não tenho dúvida disso. Eu gosto muito de dar aula, de dar aula teórica, laboratorial, eu acho muito prazeroso. Então com certeza isso me faz permanecer, não tenho nenhuma dúvida (E7).

Entretanto, diante do processo de mudança pelo qual está passando o ensino superior, em virtude da gestão focada na otimização do ganho financeiro para os rentistas dos grupos econômicos que mantêm essas universidades, a relação professor-aluno fica comprometida. Nota-se uma modificação no trabalho docente e, por conseguinte, na forma como seu reconhecimento é impedido, já que sua atividade de ensino e transformação social tem sido reduzida a dar suporte na transmissão de conteúdos já elaborados pela gestão com foco na retenção do aluno-cliente, sem considerar a qualidade do ensino produzido. Para Facas e Ghizoni (2017), a lógica perversa da acumulação exagerada e do produtivismo distorcem o sentido do trabalho, tornando-o instrumental, ou seja, busca *status* e se expressa pelo consumismo. Com isso, pesquisas sobre trabalho devem romper com essa distorção e entendê-lo para além de uma mera ação de produção objetiva.

Mendes (2018), nos atendimentos de clínica do trabalho, pontua que o inconsciente do trabalhador é mobilizado em todas as relações, permitindo a transformação de experiências e o deslocamento das posições subjetivas, levando em conta a relação do sujeito com o desejo, o trabalhar e o trabalho capitalista. A clínica de escuta do trabalhador é um caminho para simbolizar e sobreviver frente às adversidades do trabalho, requerendo uma elaboração que produza significados e manejos que considerem a realidade do contexto capitalista e seus efeitos sobre os professores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi investigar de que forma a gestão preconizada pela lógica do investimento no mercado financeiro influencia o trabalho e a saúde mental dos professores das IES privadas. Para complementar a compreensão, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: Conhecer a influência dos referidos modelos de gestão na produção do trabalho dos professores nas IES privadas; Analisar de que maneira os professores percebem o seu trabalho atravessado pela lucratividade das IES privadas; Descrever de que modo os trabalhadores se colocam diante das práticas de gestão e como as reproduzem em sua saúde/adoecimento.

O percurso da escrita da tese apresenta inicialmente, como pano de fundo, o contexto econômico atual e a forma contemporânea de acumulação de capital, focado não na produção de bens e produtos, mas sim na renda gerada a partir de juros. Junto a isso foi importante contextualizar a exploração de trabalho (mais especificamente da atividade intelectual do professor) e as formas de adoecimento desses trabalhadores e a especificidade diante dessa nova dinâmica rentista. Fizeram parte das análises, professores de intuições de ensino superior ligadas ao mercado financeiro.

Considerando as adversidades do percurso, visto que em meio às entrevistas foi decretada a pandemia de covid-19, outras possibilidades foram pensadas tanto para coleta de dados quanto em termos de reflexo nos dados obtidos e ainda em relação ao método. Sendo assim, para atingir os objetivos propostos, foram realizadas entrevistas individuais, em profundidade, com 10 trabalhadores os quais se dispuseram a compartilhar suas vivências no trabalho. O acesso aos participantes ocorreu através da metodologia da bola de neve, portanto a amostragem foi por conveniência. A maioria dos entrevistados foi convidada pela pesquisadora para participar da pesquisa, tendo sido alguns indicados por pessoas conhecidas e outros participantes.

É importante frisar a dificuldade aumentada em relação à disponibilidade desses professores para participar da pesquisa após o início da pandemia. O tempo livre que já se demonstrava escasso pareceu estar ainda mais ocupado com as demandas das novas atividades on-line e o manejo das novas ferramentas tecnológicas usadas para as aulas, que passaram a ser remotas. A forma de trabalho precisou ser reformulada em pouco tempo sem que esses professores pudessem entender todo o processo que estava envolvido. Além disso, o trabalho de correção de tarefas realizadas pelos alunos (tais como exercícios, provas e

atividades complementares) pareceu sobrecarregar os trabalhadores e também ser a saída que muitas IES acharam para não disponibilizar aulas ao vivo, evitando maiores alterações no seu próprio sistema. Também não foi relatado nenhum tipo de auxílio sobre custos com internet, luz ou qualquer outro material necessário para o trabalho remoto desses trabalhadores. Em meio a todas essas adaptações, também foi observado os temores naturais aos quais toda a população estava sujeita, tais como: medo do vírus, receio da perda de familiares além dos riscos acerca da doença. Mesmo que esse não seja o foco da tese, nas entrevistas em alguns momentos, houve a verbalização acerca dessas questões.

Diante dessas adversidades o número de voluntários que se dispusessem a participar da pesquisa ficou mais escasso e diferente do objetivo original, fato que consideramos uma limitação, mesmo sendo esse trabalho de cunho qualitativo. Por outro lado, mesmo um pequeno grupo de trabalhadores, o estudo de casos múltiplos, segundo Yin (2010), permite a generalização de proposições teóricas.

A fim de melhor compreender os resultados, o estudo foi dividido em eixos temáticos, entretanto, tal divisão é meramente didática, visto os entrelaçamentos dos eixos abordados.

Embora as entrevistas coletivas, preconizadas pela psicodinâmica do trabalho, não tenham sido realizadas (já que encontros coletivos estavam proibidos pelos órgãos de saúde em função do controle da Covid-19), os questionamentos e posterior ordenamento do material ocorreram sempre no sentido de que o conteúdo não se restringisse somente ao individual, mas que buscasse vivências compartilhadas. A maioria dos relatos se refere a episódios vivenciados pelos trabalhadores ou por colegas, mas que refletem uma realidade coletiva.

Diante disso, é possível afirmar, a partir das informações analisadas, que as práticas que têm sido fomentadas pelo modo de gestão que leva em conta a lógica do capital financeiro, pautado exclusivamente nos lucros, apresentam influência no trabalho e, conseqüentemente, na saúde dos professores, bem como no processo de ensino-aprendizagem. Acrescenta-se a isso a falta de discussão aberta sobre o processo de exploração do ensino superior no Brasil por grandes grupos econômicos que não têm, ou não se interessam por indicadores relacionados à educação. Uma breve visita aos sites da maior *holding* de educação do Brasil demonstra os valores bilionários recebidos e expostos nos demonstrativos financeiros, seguidos de vários indicadores de despesas como aluguel e luz, além da renda vinda dos programas do governo para incentivo da captação de novos alunos. Mais interessante é que não existem indicadores, divulgados aos investidores, que avaliem a

qualidade do ensino ou a satisfação dos alunos ou trabalhadores com as instituições. Mesmo que se denomine uma empresa de educação, os indicadores expressos não demonstram esse direcionamento como algo relevante aos sócios rentistas. A inexistência do foco no ensino e a invisibilidade dessa discussão no âmbito social pode fomentar um ensino superior nos próximos anos cada vez mais esvaziado de pensamento crítico, com professores adoecidos, resignados no papel de tutores de conteúdos considerados 'úteis', conforme estabelecido pela lógica neoliberal.

Conforme já mencionado, a maioria das IES no Brasil são privadas, com interesses financeiros, ou seja, a formação intelectual brasileira está, em grande parte, 88,4%, a cargo de instituições não são, necessariamente, educacionais. Essa inversão de valores faz com que as necessidades sociais que um curso superior deveria promover deem lugar a um processo de exploração de mão de obra dos professores pelos rentistas, que vivem de acumular seu capital.

Embora a exploração da mão de obra não seja novidade, o que esta pesquisa buscou demonstrar é que está em curso hoje, a face mais contemporânea do capitalismo aplicada ao processo de ensino-aprendizagem. A consequência disso é o esvaziamento de possibilidades para as universidades, que acaba se refletindo também em outros tipos de IES, incluindo as federais ou que não dependem de capital privado, visto que o modelo 'moderno' e 'lucrativo' é copiado e ressaltado como o 'certo' ou, ainda, como a única via possível, tal como Chauí (1999) vem denunciando em seus estudos. Através das entrevistas, fica evidente que o modelo de gestão e de negócio obriga IES a se adequarem ao que parece ser o modelo 'correto' de gestão. Nesse tipo de entendimento, o 'correto' é gerar juros que jamais voltarão à sociedade, promovendo mais acúmulo de riqueza.

Os docentes passaram, portanto, a ser produtores de indicadores, isto é, dedicam grande parte do seu tempo a um processo basicamente burocrático, alheios à pesquisa e à construção do aprendizado. Porém, os números demonstram que as estratégias estão 'corretas', já que o lucro está ocorrendo. No entanto, é evidente a repercussão disso no profissional que, submetido a essas regras, sofre o esvaziamento do seu papel como trabalhador/professor.

Os espaços de entrevistas, além de responderem às questões da tese, também propiciaram momentos de reflexão aos professores que, apesar de estarem inseridos nessas instituições, não têm a oportunidade de pensar sobre a complexidade do processo que estão vivendo. Nas entrevistas, os professores demonstraram ter a percepção de estar em um grupo

econômico que visa ao lucro; porém, não tinham entendimento acerca da profundidade da situação, do que representa o foco da IES que fazem parte ser no mercado financeiro e em seus rentistas. Ficou claro o desconhecimento da maior parte deles acerca de como funciona o modelo de negócio que direciona as ações da gestão da empresa que eles fazem parte.

Esses profissionais apenas sentem as práticas violentas de ataque, não apenas aos seus salários, carga horária, coletivo de trabalho e relacionamento com colegas, mas também à sua profissão de ensinar. Tais modelos de gestão baseados no assédio, como evidenciado em diversas pesquisas (Merlo, Perez, Mattos), isolam trabalhadores, desmerecem seu sofrimento e favorecem a naturalização de contextos de medo, angústia e precarização do trabalho. Diante desse cenário, é possível perceber uma gama de doenças decorrentes das condições de trabalho, que vêm se modificando e acarretando, sobretudo, problemas de ordem psíquica.

Portanto, é imprescindível compreender o sofrimento como o afeto que mobiliza os investimentos do sujeito para transformar a organização do trabalho. Quando existe essa mobilização subjetiva do sofrimento, o prazer é vivenciado. Porém, esse sofrimento criativo, que move as pessoas, torna-se patogênico quando envolve angústia, medo e insegurança. Daí a importância de ser exteriorizada a palavra, a expressão, de discutir sobre o fracasso, a dor e a impotência. É o sofrimento não ressignificado que mantém o trabalhador queixoso, paralisado, sem ação sobre o real.

Diante disso, o sintoma mais aparente é a banalização dos assédios sofridos, a naturalização do discurso do lucro acima de tudo e a racionalização das vivências como sendo a única possibilidade ou maneira de se trabalhar.

Tendo em vista que não é possível mensurar o resultado desse tipo de gestão nos futuros profissionais que passaram, passam e passarão por essa formação, focada no lucro dos rentistas em detrimento do conhecimento do aluno, a análise desses reflexos pode ser um objeto de estudo, bem como a avaliação dos prejuízos sociais que poderão ocorrer diante desse modelo de ensino. Disseminar essa discussão, propor novas formas de trabalhar e ensinar, criar espaço para a verbalização e fortalecer coletivos, visando ao compartilhamento de medos e sofrimentos, pode possibilitar reflexões e criar outras possibilidades para que o sinônimo de trabalho não seja exploração. Assim como afirma Mendes (2018), os trabalhadores não são culpados pelo que ocorre, mas são responsáveis pelo destino que dão a essas situações.

REFERÊNCIAS

- AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis**, [s. l.], v. 16, n. 32, p. 123-140, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/14064>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- ANDRADE, Rayana Santedicola; FERNANDES, Sônia Regina Pereira; BASTOS, Antônio Virgílio Bittencourt. Bem-estar subjetivo e comprometimento com a carreira: examinando suas relações entre professores de ensino superior. *Revista de Psicologia*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 47-60, 2013. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/805>. Acesso em: 05 mar. 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. 11. reimp. São Paulo: Boitempo, 2010.
- ANTUNES, Ricardo *et al.* (org.). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020. 336 p.
- ARBEX, Ana Paula Santos; SOUZA, Katia Reis; MENDONÇA, André Luis Oliveira. Trabalho docente, readaptação e saúde: a experiência dos professores de uma universidade pública. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 263-284, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/DYP7kLpVqpt39SckfQpjD4S/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.
- BALL, Stephen John *et al.* A constituição da subjetividade docente no Brasil: um contexto global. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 46, n. 32, p. 9-36, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5114/4098>. Acesso em: 25 out. 2021.
- BARRETO, Margarida; HELOANI, Roberto. Assédio moral como instrumento de gerenciamento. *In: MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa*. (orgs.). **Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho**. Porto Alegre: Evangraf, p. 30- 51, 2014.
- BORSOI, Izabel Cristina Ferreira; PEREIRA, Flavilio Silva. Professores do ensino público superior: produtividades, produtivismo e adoecimento. **Universitas Psychologica**, Bogotá, Colômbia, v. 12, n. 4, p. 1211-33, out./dez. 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/rups/v12n4/v12n4a18.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.
- BOTTEGA, Carla Garcia. **Clínica do trabalho no sistema único de saúde: linha de cuidado em saúde mental do trabalhador e da trabalhadora**. 2015. 213p. Tese, Doutorado em Psicologia Social, Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre: UFRGS, 2015.
- BOTTONI, Andrea; SARDANO, Edécio de Jesus; COSTA FILHO, Galileu Bonifácio da. Uma breve história da Universidade no Brasil: de Dom João a Lula e os desafios atuais. *In: COLOMBO, Sonia Simões* (org.). **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 19-42. Disponível em: <https://statics-submarino.b2w.io/sherlock/books/firstChapter/116717767.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2021.

- BRASIL. Resolução 510, de 7 de abril de 2016. **Diário Oficial da União**, 98. ed., seção 1, p. 44. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.
- BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 1996.
- BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro/RJ: Editora Guanabara S.A., 1987.
- CALEFFI, Paula; MATHIAS, Alexandre J. L. **Universidade S.A.: As companhias de capital aberto da educação superior no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.
- CAMARGO, Silvio. Considerações sobre o conceito de trabalho imaterial. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 09, p. 37-56, 2011. Disponível em: <http://pensamentoplural.ufpel.edu.br/edicoes/09/2.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2019.
- CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CARLOTTO, Mary Sandra; CÂMARA, Sheila Gonçalves. Riscos psicossociais associados à síndrome de *burnout* em professores universitários. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Bogotá, Colômbia, v. 35, n. 3, p. 447-457, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/apl/v35n3/1794-4724-apl-35-03-00447.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.
- CARVALHO, Antonio Gledson de; RIBEIRO, Leonardo de Lima; FURTADO, Cláudio Vilar. **A indústria de private equity e venture capital: primeiro censo brasileiro**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade operacional. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, [s. l.], v. 4, n. 3, p. 3-8, 1999. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/1063>. Acesso em: 08 mar. 2021.
- COGNA EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://ri.cogna.com.br/>. Acesso em: 18 nov. 2021.
- CORTEZ, Paulo Afonso *et al.* A saúde docente no trabalho: apontamentos a partir da literatura recente. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 113-22, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/8d4rRcpjzrYjBhjvnrTLZpc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2019.
- COUTINHO, Maria Chalfin; MAGRO, Márcia Luiza Pit Dal; BUDDE, Cristiane. Entre o prazer e o sofrimento: um estudo sobre os sentidos do trabalho para professores universitários. **Psicologia: teoria e prática**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 154-67, 2011. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ptp/v13n2/v13n2a12.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2020.
- DALAGASPERINA, Patrícia; MONTEIRO, Janine Kieling. Estresse e docência: um estudo no ensino superior privado. **Revista Subjetividades**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 37-51, 2017. DOI: 10.5020/23590777.16.1.37-51. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/5154>. Acesso em: 19 nov. 2021.

- DEJOURS, Christophe. Organização do trabalho e saúde mental: quais são as responsabilidades do Manager? *In*: MACÊDO, Kátia Barbosa. et. al. (orgs.). Organização do trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar. Goiânia: Editora da PUC Goiás, 2016. p. 317-31.
- DEJOURS, Christophe. **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. *In*: LANCMAN, Selma; SZNELWAR, Laerte Idal (orgs). Traduzido por Frank Soudant, Selma Lancman e Laerte Idal Sznelwar. 2. ed. ampl. Rio de Janeiro: Fiocruz; Brasília: Paralelo 15, 2011.
- DEJOURS, Christophe. Trabalho e saúde mental: da pesquisa à ação. 1989 *In*: DEJOURS, Christophe; ABDOUCHELI, Elisabeth; JAYET, Christian. (orgs). **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. 1. ed., 10. reimp. São Paulo: Atlas, 2009. p. 45-65
- DEJOURS, Christophe. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, set./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prod/a/V76xtc8NmkqdWHd6sh7Jsmq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2020.
- DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**, Rio de Janeiro, Editora FGV, 2003.
- DEJOURS, Christophe. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap, 1999. 180 p.
- DEJOURS, Christophe. Por um novo conceito de saúde. **Revista Brasileira da Saúde Ocupacional**, [s. l.]. v. 14, n. 54, abr./maio/jun., 1986.
- DIAS, Alex Carrér Borges; CHAVEIRO, Neuma; PORTO, Celmo Celeno. Qualidade de vida no trabalho de fisioterapeutas docentes no município de Goiânia, Goiás, Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 23, p. 3021-3030, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/3QX4dxkYWgf3L8wz387KLzt/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 abr. 2019.
- DOWBOR, Ladislau. **O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais**. São Paulo: Edições Sesc-SP, 2020.
- DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FACAS, Emílio; GHIZONI, Liliam. O trabalho como estruturante psíquico e sociopolítico em tempos de hipermodernidade. **Revista Trabalho (en) Cena**, [s. l.], v. 2, n. 2, p. 01-02, 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/encena/article/view/4719/12185>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- DUNKER, Christian. Epílogo – Crítica da razão diagnóstica: por uma psicopatologia não-toda. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 317-51.

DUNKER, Christian. Hipótese depressiva. *In*: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 177-212.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: NUPES/USP, 2003.

FONSECA, João José Saraiva da. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Disponível em: [http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/ISF/Sandra/apostila Metodologia.pdf](http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2012-1/ISF/Sandra/apostila%20Metodologia.pdf). Acesso em: 20 jun. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCO, Fábio *et al.* O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. *In*: SAFATLE, Vladimir *et al.* **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de administração de empresas**, [s. l.], v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/wf9CgwXVjpLFVgpwNkCgmnC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2020.

GOMES, Válter; MACHADO-TAYLOR, Maria de Lourdes; SARAIVA, Ernani Viana. O ensino superior no brasil: breve histórico e caracterização. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 42, n. 1, p. 127-52, 2018. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/1647>. Acesso em: 07 set. 2019.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social**. Traduzido por Ivo Storniolo. Aparecida/SP: Ideias & Letras, 2007.

HABERMAS, Jürgen. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova - Revista de Cultura e Política**, [s. l.], n. 36, p. 39-53, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/tcSTz3QGHghmfzvbL6m6wcK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 out. de 2020.

HELOANI, José Roberto Montes. Histórico das relações de trabalho e seu reflexo na organização e gestão laboral. *In*: MACÊDO, Kátia Barbosa *et al.* (orgs.). **Organização o trabalho e adoecimento: uma visão interdisciplinar**. Goiânia: Ed. Da PUC Goiás, p. 67-91, 2016.

HELOANI, José Roberto Montes. O assédio moral como instrumento de gerenciamento. *In*: MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa. (orgs.). **Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho**. Porto Alegre: Evangraf, p. 52- 74, 2014.

HELOANI, Roberto; LANCMAN, Selma. Psicodinâmica do trabalho: o método clínico de intervenção e investigação. **Production**. São Paulo, v. 14, n. 3, p. 77- 86, dez. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103. Acesso em: 15 dez. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2019**. Brasília: Ministério da Educação, 2020a. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Notas_Estatisticas_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf. Acesso em: 15 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses estatísticas da educação superior 2019 – graduação. Brasília: Ministério da Educação, 2020b. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 28 maio 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo da educação superior 2017**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-ltimo/file>. Acesso em: 02 nov. 2021.

JILOU, Vivian; CECÍLIO, Sálua. Condições de trabalho docente e sofrimento psíquico no ensino superior privado. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 233-41, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/13552>. Acesso em: 10 jan. 2020

KOETZ, Lydia; REMPEL, Claudete; PÉRICO, Eduardo. Qualidade de vida de professores de instituições de ensino superior comunitárias do Rio Grande do Sul. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 18, p. 1019-28, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/r9n8szD6cnDx7NXBMJCpwQJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jan. 2020.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho Imaterial** – formas de vida e produção de subjetividade. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo do homem endividado**. São Paulo: n-1Edições, 2017.

LEITE, Janete Luzia. Publicar ou perecer: a esfinge do produtivismo acadêmico. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 207-15, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/rTNwzBPvRFcBNchvNg6yczB/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 25 jul. 2019.

LIM, Maria de Fátima Evangelista Mendonça; LIMA-FILHO, Dario de Oliveira. Condições de trabalho e saúde do/a professor/a universitário/a. **Ciências & Cognição**, [s. l.], v. 14, n. 3, p. 62-82, 2009. Disponível em: <http://www.cienciasecognicao.org/revista/index.php/cec/article/view/253>. Acesso em: 26 ago. 2019.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, [s. l.], v. 10, p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5N57dkTNjQVpRyvhc8RR/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 mar. 2020

MACEDO, João Paulo *et al.* Transnacionalização do ensino superior: impactos nos processos formativos em psicologia no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s. l.], v. 37, n. 4, p. 852-68, out./dez. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/fr7n3WZF4TZhKjqD5XkHDnx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 mar. 2021.

MACHADO, Fabiane; GIONGO, Carmem; MENDES, Jusssara. Terceirização e precarização do trabalho: uma questão de sofrimento social. **Psicologia Política**, [s. l.] v. 16. n. 36. P. 227-40, maio/ago., 2016. Disponível em: Dialnet-TerceirizacaoEPrecarizacaoDoTrabalho-7436959.pdf

MARQUEZE, Elaine Cristina; DE CASTRO MORENO, Claudia Roberta. Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 14, n. 1, p. 75-88, jan./mar. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/SFGskRxZtFJByGRYybxTeLQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 jul. 2019.

MARX, Karl. **O capital**: crítica à economia política. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

MATTOS, Elisangela Carpenedo de. “**Cala a boca e trabalha**”: métodos de regulamentação e gerenciamento das violências no trabalho bancário. 2020, 223f. Tese, Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

MAURENTE, Vanessa Soares. Neoliberalismo, ética e produtividade acadêmica: subjetivação e resistência em programas de pós-graduação brasileiros. **Interface**, Botucatu, n. 23, 2019.

MENDES, Ana Magnólia Bezerra. **Desejar, Falar, Trabalhar**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Transformações no mundo do trabalho e a saúde. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre (org.). **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 271-8.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa. Clínica psicodinâmica do trabalho: limites e possibilidades de intervenção na realidade de trabalho brasileira. In: MONTEIRO, Janine Kieling *et al.* (orgs.). **Trabalho que adocece**: resistências teóricas e práticas. Porto Alegre: Editora Fi, 2019. p. 145-71.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa (orgs.). **Atenção à saúde mental do trabalhador**: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho. 1. ed. Porto Alegre: Evangraf, 2014.

MERLO, Álvaro Roberto Crespo; MENDES, Ana Magnólia. Perspectivas do uso da psicodinâmica do trabalho no Brasil: teoria, pesquisa e ação. **Cadernos De Psicologia Social Do Trabalho**, v. 12, n. 2, p. 141-56, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25746/27479>. Acesso em: 20 set. 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F.; CRUZ NETO, O. ; GOMES, R; MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 9-29, 2002.

MOURA, Jonata Ferreira; NACARATO, Adair Mendes. A entrevista narrativa: dispositivo de produção e análise de dados sobre trajetórias de professoras. **Cadernos de Pesquisa**, São Luís, v. 23, n. 2, jan./abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/17580/9529>. Acesso em: ago. 2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação & Sociedade, Campinas**, v. 30, n. 108, p. 739-60, out. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n108/a0630108.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2020.

PEREZ, Karine Vanessa. “**Entre o real e o ideal existe o possível**”: a proposta da clínica do trabalho institucional como dispositivo de atenção à saúde mental dos profissionais e usuários do sistema único de saúde (SUS). 2017, 310p. Tese, Doutorado em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2017.

PÉRILLEUX, Thomas; MENDES, Ana Magnólia. O enigma dos sintomas: proposição para uma escuta psicanalítica e política do sofrimento no trabalho. **Trivium-Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 61-73, jan./jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912015000100007. Acesso em: 23 mar. 2021.

RIVERO, Osvaldo. **The Myth of Development: Non-Viable Economies and the Crisis of Civilization**. 2. ed. New York: Zed Books, 2010.

RUZA, Fábio Machado *et al.* As transformações produtivas na pós-graduação: o prazer no trabalho docente está suspenso? **Revista Subjetividades**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 91-103, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unifor.br/rmes/article/view/5203>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SAFATLE, Vladimir. A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e neoliberalismo como economia moral. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. p. 177-212.

SAFATLE, Vladimir. Em direção ao novo modelo de crítica: as possibilidades de recuperação contemporânea do conceito de patologia social. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Patologias do social: arqueologias do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 317-51.

SAFATLE, Vladimir. Uma certa latitude: Georges Canguilhem, biopolítica e vida como errância. **Scientiæ zudia**, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 335-67, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/ddP8my4dxMcgsRWXq3Fsp4J/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHÜTZE, Fritz. Pesquisa biográfica e entrevista narrativa. In: WELLER, Wivian.; PFAFF, Nicole (org.). **Metodologias da pesquisa qualitativa em educação: teoria e prática**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 210-22. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7444>. Acesso em: 17 ago. 2019.

SILVÉRIO, Maria Regina *et al.* O ensino na área da saúde e sua repercussão na qualidade de vida docente. **Revista Brasileira de Educação Médica**, [s. l.], v. 34, n. 1, p. 65-73, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/QfCSMnRynHgRY5CZkTfFDL/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 nov. 2019

- SOUZA, Katia Reis *et al.* A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 22, p. 3667-76, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/xjgJxyZmM4S9tnjjCF6sBSP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2020.
- SZNELWAR, Laerte Idal; UCHIDA, Seiji; LANCMAN, Selma. A subjetividade no trabalho em questão. **Tempo Social**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 11-30, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Nhfd8gj8YmXzWjmDQqPHBjM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2021.
- VEIGA-NETO, Alfredo. Delírios avaliatórios: o currículo desvia para a direita ou um farol para o currículo. In: FAVACHO, André Márcio Picanço; PACHECO, José Augusto; SALES, Shirlei Rezende. **Currículo: conhecimento e avaliação – divergências e tensões**. Curitiba: CRV, 2013. p. 155-175.
- VIEIRA, Fernando de Oliveira; MENDES, Ana Magnólia; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. (orgs.). **Dicionário crítico de gestão e psicodinâmica do trabalho**. Curitiba: Juruá Editora, 2013. Disponível em: https://www.juruua.com.br/shop_item.asp?id=23151. Acesso em: 18 nov. 2021.
- VILELA, Elena Fátima; GARCIA, Fernando Coutinho; VIEIRA, Adriane. Vivências de prazer-sofrimento no trabalho do professor universitário: estudo de caso em uma instituição pública. **Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 75, v. 19, n. 2, p. 517-40, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/XwhpB4h3LZzxyNpJm3wWrDK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 maio 2021.
- VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-20, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>. Acesso em: 25 abr. 2019.
- VIZEU, Fábio. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 45, n. 4, p. 10-21, out./dez. 2005. Disponível em; <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rae/article/view/37277>. Acesso em: 26 jan. 2021.
- WELLER, Wivian; ZARDO, Sinara Pollom. Entrevista narrativa com especialistas: aportes metodológicos e exemplificação. **Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 22, n. 40, p. 131-43, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/7444/4807>. Acesso em: 17 ago. 2020.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL - UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL –
PPGPSI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**Pesquisa de Doutorado: A LÓGICA DO CAPITAL FINANCEIRO E SEUS
REFLEXOS NO TRABALHO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

Você está sendo convidado para participar voluntariamente de uma pesquisa. Leia cuidadosamente o que segue e, em caso de dúvidas, pergunte à responsável pelo estudo. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua, e a outra é da pesquisadora responsável. Esclarecemos que esta pesquisa atenderá às implicações éticas e legais, conforme as normas estabelecidas para a realização de pesquisa com seres humanos pelo Conselho Nacional de Saúde Resolução nº 466/2012, foi encaminhada para análise do Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Atente para o fato de que a pesquisa irá se desenvolver em três etapas: na primeira, você irá responder a um questionário; na segunda, será entrevistado individualmente; na terceira, haverá um grupo de discussão e interlocução sobre suas vivências no trabalho. Você é livre para participar de todas as fases da pesquisa ou de quantas se sentir confortável (apenas o questionário, o questionário e a entrevista individual etc).

Esta pesquisa está sendo realizada como parte da tese para a obtenção do título de Doutora em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem por objetivo investigar de que modo o modelo de gestão preconizado pela lógica do investimento no mercado financeiro interfere na saúde mental dos trabalhadores e na produção de subjetividade.

Em relação aos procedimentos empregados, as entrevistas/reuniões serão gravada, sendo esses relatos transcritos e desgravados posteriormente à etapa de transcrição. Os questionários serão guardados, no Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho do Instituto de Psicologia, situado na rua Ramiro Barcelos, 2600 – Bairro Santa Cecília – Porto Alegre/RS, por cinco anos, de acordo com a Lei do Direitos Autorais 9610/1998. Após esse período, esses materiais serão destruídos. Será mantida a confidencialidade de sua identificação. Seu nome não aparecerá, sendo mantido no mais absoluto sigilo por meio da omissão total de qualquer informação que permita identificá-lo (a). Somente terá acesso aos dados a equipe de pesquisa, sob supervisão do pesquisador responsável. Os resultados poderão ser divulgados na íntegra ou parcialmente, com a finalidade científica, em artigos, capítulos de livros, jornadas, encontros ou seminários voltados para a área, ressaltando que a identidade dos participantes será sempre preservada. Será feita a devolução dos resultados aos participantes, em reunião

específica, após o término da coleta e análise dos dados, ou imediatamente, após o término de cada fase, caso você opte por não participar da fase subsequente. Você poderá ter acesso aos resultados também através da defesa pública da tese de doutorado, que ficará disponível online nas bases de consulta pública da UFRGS. Também haverá uma cópia física na biblioteca do Instituto de Psicologia da UFRGS.

Entende-se que a pesquisa envolve riscos mínimos, existindo a possibilidade de os questionamentos e reflexões ocasionarem algum tipo de desconforto ou constrangimento. Nesse caso, os pesquisadores se comprometem a fornecer escuta ao participante e, caso necessário, fazer encaminhamentos. O profissional será de livre escolha do participante.

Salienta-se, ainda, que não haverá nenhuma forma de remuneração ou ressarcimento referente a sua participação, que, da mesma forma, acontecerá sem nenhum ônus através de seu consentimento evidenciado pela assinatura deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em caso de desistência de participação na pesquisa, o desligamento poderá ser solicitado à pesquisadora em qualquer etapa do processo.

Após a leitura deste termo de consentimento e de sua aceitação em participar da pesquisa, solicito a sua assinatura. Como pesquisadora, reitero meu compromisso ético com os sujeitos da pesquisa e coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos: e-mail: marceletonet@hotmail.com / (51) 9 99776468, assim como o orientador da pesquisa, professor Dr. Álvaro Roberto Crespo Merlo: merlo@ufrgs.br / (51) 32885464. Também podem ser esclarecidas quaisquer dúvidas com o Comitê de Ética do Instituto de Psicologia da UFRGS, através do telefone (51) 3308-5698, e-mail: ceppsico@ufrgs.br.

Marcele Schreiner Tonet – Pesquisadora – CRP 07/

Eu, _____, afirmo, através da assinatura deste termo, que concordei em participar voluntariamente da pesquisa que se encontra devidamente referida neste documento, tendo sido informado (a) sobre seus objetivos e instrumentos. Concordei com a gravação das informações que fornecerei e fui devidamente informado(a) de que será garantida a preservação de minha identidade, bem como meu direito de desistir da participação da pesquisa a qualquer momento.

De acordo:

ASSINATURA DO (A) PARTICIPANTE VOLUNTÁRIO (A)

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO E LABORAL

Data: ____/____/____

Dados para eventual contato (de preenchimento facultativo, caso deseje prosseguir nas demais fases da pesquisa)

Nome: _____

E-mail: _____

Telefone: _____

1. Gênero: () Feminino () Masculino 2. Idade: _____

3. Estado civil: () Solteiro(a) () Casado(a)/União estável

() Separado(a)/divorciado(a) () Viúvo (a)

4. Escolaridade – preencher com a titulação completa mais alta:

() Superior (graduação) () Pós graduação (especialização)

() Mestrado () Doutorado

5. Em que tipo de empresa trabalha:

() Pública () Privada () Outra

6. Tempo na função: _____ anos e _____ meses

7. Em qual universidade trabalha: _____

8. Tempo de trabalho na universidade atual: _____ anos e _____ meses

9. Tempo como professor: _____ anos

10. Carga horária semanal: _____ horas

11. Em situações adversas no local de trabalho, a quem você recorre (pode ser assinalada mais de uma alternativa):

() Recursos Humanos ou Serviço Especializado em Eng. de Seg. e Med. Trab. (SESMT)

() Delegacia Regional do Trabalho

() Sindicato da categoria () Serviços de Saúde () Família () Outros: _____

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA NARRATIVA

1. Fale sobre suas rotinas.
2. Como foi seu ingresso na universidade?
3. Como é a organização do trabalho no cotidiano?
3. Descreva suas relações de trabalho com superiores, colegas e alunos.
4. Considera que as pessoas que trabalham na sua IES estão satisfeitas com o trabalho docente?
5. Tem experienciado ou presenciado com algum colega alguma situação adversa?
6. Em relação à saúde, como se sente?
7. Como é sua relação com sua família e amigos?
8. Como vê o futuro de sua vida profissional enquanto professor universitário de IESP?